

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

30.06.2018

(em Reais)

ÍNDICE

Nota 1	Contexto operacional	2
Nota 2	Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial	2
Nota 3	Principais práticas contábeis	3
Nota 4	Caixa e equivalentes de caixa	12
Nota 5	Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	12
Nota 6	Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	13
Nota 7	Relações interfinanceiras.....	18
Nota 8	Operações de crédito	19
Nota 9	Outros créditos	23
Nota 10	Ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos	24
Nota 11	Impostos e contribuições.....	27
Nota 12	Outros valores e bens	29
Nota 13	Investimentos – participações em coligadas e controladas no país	29
Nota 14	Imobilizado de uso	30
Nota 15	Intangível.....	30
Nota 16	Depósitos	30
Nota 17	Captação no mercado aberto	32
Nota 18	Recursos letras hipotecárias, imobiliárias, créditos e similares.....	32
Nota 19	Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	32
Nota 20	Outras obrigações	33
Nota 21	Provisões, passivos e contingências passivas	35
Nota 22	Receitas e despesas.....	38
Nota 23	Patrimônio líquido.....	41
Nota 24	Índice de Basileia e de imobilização	42
Nota 25	Informações complementares	43
Nota 26	Transações com partes relacionadas	44
Nota 27	Compromissos e garantias.....	48
Nota 28	Benefícios a empregados	48
Nota 29	Demonstração consolidada do resultado abrangente - DRA.....	59

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

30.06.2018

(em Reais)

Nota 1 Contexto operacional

O BRB - Banco de Brasília S.A. ("Banco" ou "BRB") é uma instituição financeira de economia mista e de capital aberto, controlada pelo Governo do Distrito Federal, organizada sob a forma de banco múltiplo e autorizada a operar com as carteiras comercial, de câmbio, de desenvolvimento, de *leasing* e de crédito imobiliário. Por meio de suas controladas, atua também nos segmentos de crédito, financiamento e investimento; distribuição de títulos e valores mobiliários e administração de fundos; cartões de crédito; corretagem de seguros e prestação de serviços.

Nota 2 Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

As demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas com o propósito específico de atender às determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen) por meio da Resolução CMN n.º 4.280, de 31.10.2013, e da Circular Bacen n.º 3.701, de 13.03.2014, que determinam o escopo de consolidação, restringindo-se às instituições financeiras e assemelhadas, não devendo assim ser confundidas com o conjunto de demonstrações contábeis consolidadas para fins gerais, as quais são objeto de outros normativos do CMN e do Bacen, bem como da Lei das Sociedades por Ações e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros, passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial abrangem as empresas: BRB – Banco Múltiplo, BRB - Crédito, Financiamento e Investimento S.A., BRB - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., BRBCard S/A. e o Fundo de Investimento em Renda Fixa Crédito Privado BRB Corporativo Investidor Qualificado.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial, foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas consolidadas, ou seja, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquido dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado das controladas foram destacadas nas demonstrações contábeis.

As presentes demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial foram aprovadas pela Diretoria Colegiada em 21 de setembro de 2018.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

30.06.2018

(em Reais)

Nota 3 Principais práticas contábeis

a) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

A classificação em circulante e não circulante obedece à legislação vigente. Os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (nota 6) são apresentados no ativo circulante, independente de suas datas de vencimentos.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação.

c) Mensuração de ativos e passivos

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por passivos contingentes e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

d) Caixa e equivalente de caixa

Incluem caixa, contas correntes em outras instituições financeiras, as aplicações interfinanceiras de liquidez, e títulos e valores mobiliários cujo prazo de contratação é inferior a 90 (noventa) dias, com risco insignificante de mudança de valor justo, que são gerenciados pelo BRB para cumprimento de seus compromissos de curto prazo.

e) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez pós-fixadas são as operações compromissadas avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Aquelas com encargos prefixados estão registradas a valor presente, calculados *pro-rata die* com base na variação da taxa de juros pactuada. As receitas destas operações estão classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários. O valor de mercado das aplicações interfinanceiras de liquidez, tanto as pós quanto as prefixadas, é o mesmo do custo acrescido dos rendimentos.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

30.06.2018

(em Reais)

f) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição, atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no balanço patrimonial consolidado. Podem ser classificados nas seguintes categorias:

- títulos para negociação: são adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo ajustados em contrapartida ao resultado do período. Esses títulos são ajustados ao valor de mercado;
- títulos disponíveis para venda: são adquiridos sem o propósito de negociação ativa e frequente embora possam vir a ser negociados. Esses títulos são ajustados ao valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido;
- títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais a administração demonstra a intenção e a capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento. Os papéis mantidos até o vencimento são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos em contrapartida ao resultado do período.

No caso dos títulos disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, as oscilações no valor de mercado para patamares abaixo do custo atualizado, devido a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

O valor de mercado para a carteira de títulos e valores mobiliários é apurado da seguinte forma:

- todos os produtos avaliados pelo valor de mercado que não possuem cotação em mercado ativo, são avaliados pelo método de fluxo de caixa descontado a valor presente;
- para os títulos públicos federais que possuem negociação ativa no mercado (LTN, LFT, NTN) é usada a taxa indicativa publicada na Anbima. Para os demais, usa-se a taxa CDI de um dia, disponível na BM&F Bovespa;
- na falta da taxa devida para o vencimento procura-se a de um ativo semelhante em prazo e remuneração;
- esgotando-se as possibilidades, é realizada pesquisa junto às corretoras atuantes no mercado.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

30.06.2018

(em Reais)

g) Operações de crédito

As operações de crédito são demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos da fluência dos prazos contratuais, e classificadas de acordo com parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, em escala crescente de risco de "AA" a "H", conforme abaixo:

Período de atraso	Classificação do cliente
- de 0 a 14 dias	A
- de 15 a 30 dias	B
- de 31 a 60 dias	C
- de 61 a 90 dias	D
- de 91 a 120 dias	E
- de 121 a 150 dias	F
- de 151 a 180 dias	G
- superior a 180 dias	H

Para as operações com prazos superiores a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito.

As operações de créditos classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A "provisão para créditos de liquidação duvidosa" é constituída em montante julgado suficiente para a cobertura dos riscos de créditos a receber. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais com relação às operações, aos clientes e às garantias das operações.

Com base na Resolução CMN n.º 2.682/1999, artigo 3º, admite-se excepcionalmente classificação diversa para as operações da Carteira de Crédito Rural, ERC – Empréstimo Rotativo Cartão, BRBServ e Consignado Brasília.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

30.06.2018

(em Reais)

A Administração entende que a provisão para créditos de liquidação duvidosa atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

h) Investimentos

Os investimentos relevantes em sociedades controladas e subsidiária integral foram avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme artigo 248 da Lei n.º 6.404/1976 alterado pela Lei n.º 11.941/2009. Os demais investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas julgadas permanentes, quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, com a utilização das seguintes taxas anuais:

Descrição	Percentual
- Imóveis de Uso – Edificações	4%
- Sistema de transportes, processamento de dados e comunicação	20%
- Demais itens	10%

O saldo residual, custo de aquisição corrigido e deduzido da depreciação acumulada, é comparado ao valor recuperável do ativo, no mínimo anualmente, ou quando há indicação de perda de valor.

j) Intangível

O ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível, de acordo com a Resolução do CMN n.º 4.534/2016, quando for: separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido; transferido ou licenciado; alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade, ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

30.06.2018

(em Reais)

k) Outros valores e bens

Composta basicamente por "Bens Não Destinados a Uso", compreende os imóveis disponíveis para venda e os imóveis próprios desativados e recebidos como dação de pagamento, os quais são avaliados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado, se este for menor. A provisão é constituída quando o valor de mercado é inferior ao custo de aquisição, conforme apontado por laudo de avaliação.

l) Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados pelo valor líquido de realização.

m) Redução do valor recuperável de ativos – *Impairment*

É reconhecida uma perda por imparidade se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que geram entradas de caixa, que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou de grupos de ativos. Perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período.

Anualmente, sempre na mesma época, o Banco avalia se há indicativo de desvalorização de um ativo. Se houver evidência de perda o valor recuperável do ativo é estimado e comparado com o valor contábil. O valor recuperável refere-se ao maior entre o valor justo menos custos de venda e o seu valor em uso.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou que ainda não estejam em uso tem seu valor recuperável testado anualmente, independente de apresentarem indício de desvalorização. As perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período. As premissas de análise são definidas de acordo com cada classe de ativos.

n) Depósitos e captações no mercado aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balancete, reconhecidos em base *pro rata die*.

o) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridas até as datas dos balanços.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

30.06.2018

(em Reais)

p) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009, e consideram premissas definidas pela administração e seus assessores legais, respeitando os seguintes conceitos:

- ativos contingentes: trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações contábeis apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;

- passivos contingentes: decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e/ou previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, são divulgadas em notas explicativas e sem constituição de provisões; e remotas, que não requerem provisão ou divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos, conforme CPC 25, integralmente nas demonstrações contábeis.

q) Tributos

Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, que incidem sobre as respectivas bases de cálculo, conforme a legislação vigente a cada tributo.

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda (IR) (*)	15,00%
Adicional de Imposto de Renda (IR)	10,00%
Contribuição Social (CSLL) (**)	20,00%
PIS	0,65%
Cofins	4,00%
ISS	Até 5,00%

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

30.06.2018

(em Reais)

(*) Os ativos fiscais diferidos foram constituídos com as alíquotas mencionadas, aplicadas sobre as diferenças temporárias entre o lucro real e o contábil.

(**) Em conformidade com a Lei 13.169/2015, a alíquota voltará a ser de 15% a partir de janeiro de 2019.

São constituídos créditos tributários do Banco, Financeira BRB, BRB-DTVM e BRBCard, relativos ao Imposto de Renda (IR), com base em diferenças intertemporais e prejuízo fiscal do IR, à alíquota de 25% e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e base negativa da CSLL à alíquota de 20% para o BRB. No caso das obrigações com prazo de realização após 2018, constituiu-se crédito tributário de CSLL à alíquota de 15%.

O efeito fiscal dos ganhos ou perdas não realizados com ativos financeiros é registrado no ativo/passivo fiscal diferido, referente ao Imposto de Renda (25%) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (15% ou 20%, conforme prazo de realização).

r) Patrimônio Líquido

Capital Social: as ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido, alocadas no capital social.

Reserva legal: 5% (cinco por cento) do lucro líquido é destinado para constituição de reserva legal, limitado à 20% (vinte por cento) do capital social.

Dividendos: será especificada a importância destinada ao pagamento de dividendos aos acionistas de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/1976. Por deliberação do Conselho de Administração, a Diretoria Colegiada autorizará o pagamento dos Dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio, podendo imputar o seu valor ao dividendo mínimo obrigatório, até o limite de 40%.

Reserva para equalização de dividendos: será limitada a 20% (vinte por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos:

- equivalentes a até 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/1976, redação dada pela Lei 10.303/2001;
- equivalentes a até 100% (cem por cento) do montante de ajustes de exercícios anteriores, lançado a lucros acumulados;
- decorrentes do crédito correspondente às antecipações de dividendos.

Reserva para margem operacional: será constituída com a finalidade de garantir a margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade, constituída pela parcela de até 100% (cem por cento) do saldo do lucro líquido, até o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

30.06.2018

(em Reais)

Ajustes de avaliação patrimonial:

- ajuste de títulos e valores mobiliários ao valor de mercado está representado pelos ajustes decorrentes dos efeitos da marcação a mercado dos títulos disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários, conforme requerido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001.

- ganho ou perda atuarial de plano de benefício definido, líquido dos efeitos tributários, em consonância com a Resolução CMN n.º 4.424/2015.

s) Apuração do Resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro-rata die* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

t) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução CMN n.º 4.424/2015.

Nos planos de contribuição definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcialmente na entidade patrocinadora. Sendo assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

30.06.2018

(em Reais)

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, em conformidade com o CPC 33 (R1), sendo que:

- os custos dos serviços correntes e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e

- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido da empresa.

u) Reapresentação de saldos comparativos

Retificação de erro - Valorização de Títulos e Valores Mobiliários (com efeito no BRB-Múltiplo e BRB-Consolidado):

A BRBCard e a Corretora de Seguros BRB possuem cotas do Fundo de Investimento em Renda Fixa Crédito Privado BRB Corporativo, para o qual a Administradora do Fundo, em janeiro de 2018, constituiu provisionamento integral de ativo da carteira de investimentos do Fundo (CCB do emissor Minas Invest), no valor de R\$ 5.858.255,91. Em virtude de evidências claras e objetivas de redução a valor recuperável desse ativo, o registro contábil de ajuste no valor da cota do Fundo deveria ter sido consignado às demonstrações contábeis, das referidas Companhias, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Retificação de erro – Provisão para perdas com Títulos e Valores Mobiliários (com efeito no BRB-Múltiplo e BRB-Consolidado):

O BRB-Múltiplo e a BRB-DTVM são titulares de debêntures da 1ª emissão do Correio Braziliense. O BRB, em atendimento ao disposto na Resolução CMN 2.682/99, constitui, desde 2016, provisão para perdas com o referido TVM, nos seguintes percentuais: 10% na data-base de dezembro/2016; 30% em junho/2017 e 70% em dezembro/2017. Assim, a BRB-DTVM, com objetivo de uniformizar os critérios de contabilização e avaliação do risco de crédito da debênture, aplicou a mesma avaliação de risco de crédito realizada pelo seu Controlador, instituição líder do conglomerado, cujos efeitos líquidos de crédito tributário foram: dezembro/2016 de R\$ 258.058,37; junho/2017 de R\$ 551.519,40; e dezembro/2017 de R\$ 1.029.601,41.

Em cumprimento aos procedimentos previstos no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, as retificações dos erros foram aplicadas de forma retrospectiva. Sendo assim, os saldos comparativos de 30 de junho de 2018 foram recompostos para fins de apresentação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Dessa forma, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, dos Fluxos de Caixa, do Valor Adicionado e das Mutações do Patrimônio Líquido do semestre findo em 30 de junho de 2017, incluindo os saldos iniciais relativos a 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados nessas demonstrações contábeis.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

30.06.2018

(em Reais)

Nota 4 Caixa e equivalentes de caixa

a) Composição de caixa e equivalentes de caixa

	30.06.2018	30.06.2017
Caixa	144.832.247,96	173.848.960,04
Disponibilidades	144.832.247,96	173.848.960,04
Equivalentes de Caixa (*)	1.063.809.154,71	688.794.663,62
Aplicações em operações compromissadas	1.043.135.345,95	679.990.024,01
Aplicações em moedas estrangeiras	20.673.808,76	3.607.785,10
Títulos e valores mobiliários	-	5.196.854,51
Total	1.208.641.402,67	862.643.623,66

(*) Refere-se às operações cujo vencimento é igual ou inferior a 90 dias.

Nota 5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Composição das aplicações interfinanceiras e seus respectivos vencimentos

	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 dias a 1 ano	30.06.2018	30.06.2017
Aplicações em operações compromissadas	803.729.958,10	239.405.387,85	-	1.043.135.345,95	679.990.024,01
Aplicações em depósitos interfinanceiros	176.201.177,72	4.937.250,40	-	181.138.428,12	62.995.703,86
Aplicações em moedas estrangeiras	20.673.808,76	-	-	20.673.808,76	3.607.785,10
Total em 30.06.2018	1.000.604.944,58	244.342.638,25	-	1.244.947.582,83	-
Total em 30.06.2017	694.614.129,47	-	51.979.383,50	-	746.593.512,97

b) Aplicações em depósitos interfinanceiros e moedas estrangeiras

	Índice	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 dias a 1 ano	30.06.2018	30.06.2017
DIM Microfinanças	Pré	-	4.937.250,40	-	4.937.250,40	11.016.320,36
DÍRP - Pronaf	Pré	12.323.498,18	-	-	12.323.498,18	-
DÍRC - Cooperativo	Pré	55.821.474,11	-	-	55.821.474,11	-
DÍRG - Pronamp	Pré	36.132.383,02	-	-	36.132.383,02	-
DII - Imobiliário	Pós	-	-	-	-	51.979.383,50
DÍR	Pré	71.923.822,41	-	-	71.923.822,41	3.607.785,10
Aplicações em moedas estrangeiras		20.673.808,76	-	-	20.673.808,76	-

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

30.06.2018

(em Reais)

	Índice	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 dias a 1 ano	30.06.2018	30.06.2017
Total em 30.06.2018		197.009.851,48	4.937.250,40	-	201.812.236,88	-
Total em 30.06.2017	-	14.624.105,46	-	51.979.383,50	-	66.603.488,96

Nota 6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Resumo

	30.06.2018		30.06.2017		Ref.
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Títulos para negociação	76.047.194,58	-	77.678.702,41	-	(b.1)
Títulos disponíveis para venda	162.962.129,85	1.735.237.961,93	212.377.510,43	697.298.844,02	(b.2)
Títulos mantidos até o vencimento	134.555.043,03	202.500.526,24	95.834.211,63	254.030.744,36	(b.3)
Total	373.564.367,46	1.937.738.488,17	385.890.424,47	951.329.588,38	

b) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários nos termos da Circular Bacen n.º 3.068/2001

b.1 – Títulos para negociação

Vencimento em dias	30.06.2018				30.06.2017 (Nota 3u)			
	Valor de mercado		Total		Valor de mercado		Total	
	Sem vencimento	Acima de 360	Custo	Ajuste ao valor de mercado	Custo	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado	
CCB	-	-	-	-	-	15.049.717,64	(8.029.754,43)	7.019.963,21
FII – SIA Corporate	2.701.663,22	-	2.701.663,22	-	2.701.663,22	3.209.094,40	-	3.209.094,40
Fundo de Investimento Banco do Brasil	-	-	-	-	-	260.433,61	-	260.433,61
Fundo FICFI RF DI LP 1 milhão	72.627.977,29	-	72.627.977,29	-	72.627.977,29	-	-	-
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	-	717.554,07	718.197,45	(643,38)	717.554,07	9.908.931,43	9.559.632,50	19.468.563,93
Total	75.329.640,51	717.554,07	76.047.837,96	(643,38)	76.047.194,58	91.825.918,28	1.484.466,85	93.310.385,13

b.2 – Títulos disponíveis para venda

Vencimento em dias	30.06.2018						30.06.2017 (Nota 3u)				
	Valor de mercado			Total			Valor de mercado			Total	
	Sem vencimento	0-30	181-360	Acima de 360	Custo	Ajuste ao valor de mercado	Custo	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado		
Ações de Companhias Abertas	3.050.122,19	-	-	-	10.811.023,28	(7.760.901,09)	3.050.122,19	10.811.023,28	(8.621.449,39)	2.189.573,89	
FII – Banrisul Novas Fronteiras	-	-	-	10.239.936,00	8.180.288,28	2.059.647,72	10.239.936,00	8.154.959,58	2.404.974,42	10.559.934,00	

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

30.06.2018

(em Reais)

Vencimento em dias	30.06.2018						30.06.2017 (Nota 3u)			
	Valor de mercado				Total		Total			
	Sem vencimento	0-30	181-360	Acima de 360	Custo	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado	Custo	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	-	-	13.410.019,09	1.576.987.505,11	1.591.133.139,08	(735.614,88)	1.590.397.524,20	613.740.914,54	(411.229,70)	613.329.684,84
LFT - Vinculada Garantia	-	-	-	20.111.387,77	20.115.854,50	(4.466,73)	20.111.387,77	18.731.839,56	(10.883,98)	18.720.955,58
LFT - Título Caucionado (*)	-	-	622.608,02	85.004.399,15	85.664.139,23	(37.132,06)	85.627.007,17	93.569.656,88	(19.352,88)	93.550.304,00
LTN - Letras do Tesouro Nacional	-	49.987.683,75	95.891.696,80	-	145.135.944,59	743.435,96	145.879.380,55	43.871.018,70	150.250,10	44.021.268,80
LFT - Posição Financiada	-	-	-	-	-	-	-	105.334.779,27	(79.632,46)	105.255.146,81
LFT-Vinculada ao Bacen	-	-	-	42.574.874,71	42.613.196,07	(38.321,36)	42.574.874,71	-	-	-
FIR - Santos Virtual	-	-	-	319.859,19	319.859,19	-	319.859,19	293.909,48	-	293.909,48
Debêntures - Correio Braziliense	-	-	-	-	-	-	-	3.184.263,94	-	3.184.263,94
FIP - Fundos Investimento em Participações	-	-	-	-	-	-	-	18.571.313,11	-	18.571.313,11
Total	3.050.122,19	49.987.683,75	109.924.323,91	1.735.237.961,93	1.903.973.444,22	(5.773.352,44)	1.898.200.091,78	916.263.678,34	(6.587.323,89)	909.676.354,45

(*)Estão bloqueadas LFT's e CVS's referentes à cartas de fiança e depósitos judiciais.

O efeito tributário sobre o ajuste ao valor de mercado é de R\$ 2.525.915,50 (2.898.945,81 em 30.06.2017) totalizando um montante líquido negativo de R\$ 3.247.436,94 (R\$ 3.688.378,08 em 30.06.2017), conforme saldo destacado no balanço patrimonial.

b.3 – Títulos mantidos até o vencimento

Vencimento em dias	30.06.2018						30.06.2017			
	Valor de mercado				Total		Total			
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Custo	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado	Custo	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado
CDB	-	-	-	15.881.371,18	15.881.371,18	-	15.881.371,18	14.443.484,49	-	14.443.484,49
Criatec II - FIP	-	-	-	4.343.073,93	4.343.073,93	-	4.373.073,93	2.688.103,21	-	2.688.103,21
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	23.139.479,88	-	23.139.479,88
Funcine	-	-	-	5.870.038,56	5.870.038,36	-	5.870.038,36	5.816.668,85	-	5.816.668,85
MOP - Títulos Caucionados(*)	136.131,83	680.659,11	816.790,90	12.387.995,46	14.021.577,30	-	14.021.577,30	15.664.758,71	-	15.664.758,71
Notas do Tesouro Nacional	-	97.964.062,09	34.480.205,31	160.399.327,49	292.843.594,89	19.789,60	292.863.384,49	229.329.626,68	(956.280,31)	228.373.346,37
Notas Financeiras do Tesouro - Vinculada (Bacen)	-	-	-	-	-	-	-	54.179.429,62	1.406.053,92	55.585.483,54
Títulos da Dívida Agrária	-	-	-	-	-	-	-	27.575,78	-	27.575,78
Títulos Públicos Federais (CVS)	39.766,14	198.830,76	238.596,89	3.618.719,62	4.095.913,41	-	4.095.913,41	4.575.828,77	-	4.575.828,77
Total	175.897,97	98.843.551,96	35.535.593,10	202.500.526,24	337.055.569,07	19.789,60	337.075.358,67	349.864.955,99	449.773,61	350.314.729,60

(*)Estão bloqueadas LFT's e CVS's referentes à cartas de fiança e depósitos judiciais.

(**)Estão bloqueadas 50.000 NTN-B's com vencimento em 15.08.2020, destinadas ao direcionamento de poupança/Resolução Bacen n.º 2.458/1997

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

30.06.2018

(em Reais)

Em 28.06.2016, o BRB adquiriu debêntures da 1ª emissão do Correio Braziliense em troca de quitação de operação de crédito da emissora junto ao banco. A referida emissão, no valor de R\$ 29.000.000,00, possui como características:

- Remuneração: IPCA + 11% a.a;
- Carência de um ano para pagamento de juros mensais, a iniciar em 25.05.2017 (*);
- Amortizações semestrais, a iniciar em 25.11.2017;
- Vencimento: 25.05.2021.

(*) em reunião da Assembleia Geral de Debenturistas titulares das debêntures da 1ª emissão do Correio Braziliense, ocorrida em 24.05.2017, foi deliberado a prorrogação da data do pagamento da primeira parcela de juros do papel que ocorrera em 25.06.2017, sendo incorporado ao principal da operação os juros acumulados desde a emissão. Foi determinado ainda um pagamento adicional pelo emissor e prêmio no valor total de R\$ 100.000,00, o qual foi realizado no dia 05.06.2017.

Atualmente, a debênture do Correio Braziliense encontra-se em processo de renegociação de remuneração, prazo e carência, e foi constituída provisão para perdas, nos moldes da Resolução n.º 2.682/1999, correspondente a 100% do saldo atualizado. A administração do BRB avaliou a operação específica e entendeu que essa, por ter características de operação de crédito, deveria atender a mesma norma das provisões de operações de crédito. Cabe esclarecer que o imóvel dado em garantia, por meio de alienação fiduciária, é suficiente para arcar com o total da dívida.

Para o cálculo das CVS's, constatou-se a falta de mercado secundário para negociação desse ativo, impedindo uma avaliação adequada do seu preço de mercado. Assim sendo, considerando que as CVS's possuem como contraparte o Tesouro Nacional e são custodiadas pela Cetip, a qual realiza a precificação periódica do papel, optou-se por adotar o valor calculado pela *clearing* para sua contabilização, entendendo esse ser o valor justo do ativo e o valor que o BRB terá a receber pelos ativos conforme seu vencimento.

O BRB realiza operações no mercado interbancário (DIs) com o propósito de cumprimento de exigibilidade atrelada a suas captações em depósito à vista e a prazo, sendo tais aplicações efetuadas com reciprocidade de aplicação do mesmo montante no BRB por suas contrapartes, mitigando assim o risco de crédito e liquidez.

O Banco possui a intenção e a capacidade financeira para manter os títulos até o vencimento.

Durante o primeiro semestre de 2018 não houve reclassificação de títulos entre as categorias.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

30.06.2018

(em Reais)

c) Títulos e valores mobiliários por carteira

	30.06.2018			30.06.2017 (Nota 3u)		
	Custo corrigido	Ajuste ao valor mercado	Valor Contábil	Custo corrigido	Ajuste ao valor mercado	Valor Contábil
Carteira própria	2.154.662.084,35	(5.694.075,67)	2.148.968.008,68	1.066.594.131,65	(16.744.713,52)	1.049.849.418,13
Carteira Financiada	-	-	-	105.334.779,27	(79.632,46)	105.255.146,81
Vinculados ao Bacen	42.613.196,07	(38.321,36)	42.574.874,71	54.179.429,62	-	54.179.429,62
Vinculados a garantias	119.801.571,03	(41.598,79)	119.759.972,24	127.966.255,15	(30.236,86)	127.936.018,29
Total	2.317.076.851,45	(5.773.995,82)	2.311.302.855,63	1.354.074.595,69	(16.854.582,84)	1.337.220.012,85

d) Títulos e valores mobiliários por nível de hierarquia de valor justo

	30.06.2018	30.06.2017 (Nota 3u)
	Valor justo	Valor justo
Ativos financeiros		
Nível 1 - valor de mercado		
Ativos financeiros para negociação	76.047.194,58	71.456.313,21
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.898.200.091,78	909.676.354,45
Nível 2 - precificação interna com dados externos		
Ativos financeiros para negociação	-	6.222.389,20

Os critérios utilizados para fins de precificação dos títulos da carteira do Conglomerado BRB a valor justo foram:

- para os títulos públicos federais, foi utilizado o critério de preço de mercado divulgado pela Anbima para a data de 29.06.2018 com a marcação a mercado de cada título. Esses preços representam efetivamente os valores dos negócios realizados com os títulos públicos federais contidos na carteira do BRB na data mencionada;
- para a 1ª emissão de debênture do Correio Brasileiro, dada a inexistência de parâmetro de negociação do ativo em mercado secundário, foi utilizado critério de preço conforme consta em escritura do ativo, sendo considerado entretanto os critérios de provisionamento de crédito decorrente da avaliação de crédito do emissor, conforme metodologia interna de avaliação de crédito e critérios definidos pela Resolução do CMN nº 2.682/1999;
- para as ações, foram utilizadas as cotações divulgadas pela BM&F Bovespa para o dia 29.06.2018. As informações disponibilizadas pela BM&F Bovespa são os preços efetivos das negociações dos ativos na data mencionada;

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

30.06.2018

(em Reais)

- para as operações compromissadas, foram mantidos os mesmos preços praticados pelo mercado. Essa decisão foi tomada tendo em vista que as operações compromissadas são lastreadas em títulos públicos federais, têm taxa prefixada e data de retorno fixa. Na hipótese de inadimplência da contraparte, os títulos públicos federais utilizados para lastro garantem essas operações. Entendemos que o risco da operação está minimizado representando dessa forma o preço justo;

- para as cotas de fundos, utilizamos a cota divulgada pelo administrador de cada um dos fundos. Tendo em vista que, conforme legislação vigente, para apuração da cota deve-se avaliar os ativos que compõem o PL dos fundos pelo seu valor justo;

- para as operações em CDI, o valor justo é o valor atualmente praticado no mercado interbancário, pois são operações realizadas exclusivamente entre instituições financeiras. Portanto, o risco de inadimplemento está relacionado à possibilidade da instituição financeira emissora do título perder a capacidade de honrar seus pagamentos.

e) Análise de sensibilidade (Instrução CVM n.º 475, de 17 de dezembro de 2008)

Foi realizada análise de sensibilidade do Conglomerado BRB em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 para a carteira de negociação.

A carteira de negociação (*trading book*) é formada pelos instrumentos detidos com intenção de negociação (isto é, aqueles assumidos para revenda, para obtenção de benefício decorrente dos movimentos de preços ou para realização de arbitragem) ou destinados a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitos à limitação de sua negociabilidade.

A carteira de negociação do BRB Banco de Brasília é composta por títulos públicos federais, fundos, ações, operações compromissadas e moedas estrangeiras.

Para a análise de sensibilidade, foram considerados três cenários, os quais foram aplicados à carteira de negociação (*trading book*). O cenário I foi desenhado pela área de cenários e projeções da Instituição e reflete maior probabilidade de ocorrência para os próximos três meses, com base nas condições de mercado observadas em 29.06.2018. Os cenários II e III foram combinações de resultados adversos para o Conglomerado Prudencial BRB. Para a simulação destes cenários, as curvas de juros, os índices e as taxas cambiais foram estressados conforme orientações da Instrução CVM nº 475/2008.

Cenário I: As premissas utilizadas com base no cenário econômico – em junho de 2018 – foram: Selic a 6,5% a.a. sem variação; taxa de câmbio reais/dólar a R\$ 3,86 projetada a 3,83; Ibovespa a 72.762 pontos projetado a 79.864 pontos; IPCA a 4,39% a.a. projetado a 4,62% a.a. e IGP-M a 6,94% a.a. projetado a 8,29% a.a.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

30.06.2018

(em Reais)

Cenário II: Foi aplicado um choque paralelo de 25% nas variáveis de mercado às quais a Instituição está exposta, considerando as piores perdas resultantes por fator de risco.

Cenário III: Foi aplicado um choque paralelo de 50% nas variáveis de mercado às quais a Instituição está exposta, considerando as piores perdas resultantes por fator de risco.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira de negociação:

Exposição Financeira			
Fatores de Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Prefixados	-	(1.411.527,87)	(2.789.808,36)
Inflação	47.621.646,42	(1.240.200,15)	(2.316.590,39)
Renda variável	2.104.006,38	(5.989.360,61)	(10.778.721,22)
Câmbio	(105.671,36)	(3.942.961,04)	(7.885.922,07)
Total	49.619.981,44	(11.984.049,67)	(23.771.042,04)

Nota 7 Relações interfinanceiras

a) Depósitos no Bacen

Os depósitos no Bacen são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista.

b) Sistema financeiro da habitação

A carteira de FCVS é composta pelos valores residuais de contratos encerrados, cujos saldos devedores residuais serão ressarcidos pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Esses créditos são atualizados pela variação da Taxa Referencial de Juros (TR) mais taxa de juros de 6,17% ou 3,12% ao ano, dependendo da origem de recursos do financiamento.

Carteira Própria	30.06.2018			30.06.2017		
	Saldo	Provisão	Saldo líquido	Saldo	Provisão	Saldo líquido
Não habilitados (*)	5.491.610,41	(4.698.535,65)	793.074,76	5.254.007,67	(4.481.950,51)	772.057,16
Habilitados e não homologados (**)	3.967.592,72	(2.353.179,24)	1.614.413,48	3.193.361,17	(1.893.982,50)	1.299.378,67
Habilitados, homologados e em discussão com a CEF (***)	87.350.735,81	(57.925.857,54)	29.424.878,27	80.665.028,54	(53.338.958,92)	27.326.069,62

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

30.06.2018

(em Reais)

Carteira Própria	30.06.2018			30.06.2017		
	Saldo	Provisão	Saldo líquido	Saldo	Provisão	Saldo líquido
Habilitados e homologados (****)	58.205.878,71	-	58.205.878,71	54.407.880,66	-	54.407.880,66
Outros	7.207.286,37	(2.356.828,10)	4.850.458,27	5.935.223,89	(1.995.263,88)	3.939.960,01
Total	162.223.104,02	(67.334.400,53)	94.888.703,49	149.455.501,93	(61.710.155,81)	87.745.346,12

(*) Representa os contratos ainda não submetidos à homologação junto ao FCVS, porque estão em processo de habilitação no BRB.

(**) Representa os contratos já habilitados pelo BRB, estando em fase de análise por parte da Caixa Econômica Federal, para homologação final do FCVS.

(***) Representa os contratos já habilitados pelo BRB e analisados pelo FCVS, cuja cobertura foi negada, cabendo ainda recursos por parte do Banco, ou cujos valores para homologação estão em discussão entre BRB e Caixa.

(****) Representam os contratos já avaliados pelo FCVS e aceitos pelo BRB e dependem de processo de securitização, conforme previsto na Lei n.º 10.150/2000, para a sua realização.

A provisão é constituída com base em um estudo histórico de perdas ocorridas, oriundas da negativa de cobertura de contratos que não atenderam as normas e pré-requisitos estabelecidos pelo FCVS.

O saldo de R\$ 456.379,93 refere-se a valores de mutuários que solicitaram amortização do saldo devedor utilizando o FGTS.

Nota 8 Operações de crédito

a) Composição da carteira por tipo de devedor

	30.06.2018	%	30.06.2017	%
Pessoa física	7.852.595.362,00	91	7.990.848.862,38	86
Pessoa jurídica	771.375.125,42	9	1.148.379.433,74	14
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	44.270.466,42	1	51.230.575,62	1
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	194.835,50	-	1.368.346,34	-
Alojamento e alimentação	21.709.077,12	-	29.782.370,69	-
Artes, cultura, esporte e recreação	7.051.516,52	-	10.570.120,28	-
Atividades administrativas e serviços complementares	119.288.088,85	1	163.748.675,72	2
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	17.630.728,22	-	19.108.974,13	-
Atividades imobiliárias	7.605.981,60	-	15.968.372,35	-
Atividades profissionais, científicas e técnicas	19.737.685,05	-	28.608.921,91	-
Comércio	75.404.492,28	1	139.377.177,87	2
Construção	332.489.058,95	4	470.827.789,42	6
Educação	16.145.379,31	-	20.923.366,79	-
Governo da Administração Indireta	-	-	123.752,11	-

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

30.06.2018

(em Reais)

	30.06.2018	%	30.06.2017	%
Indústrias de transformação	21.686.338,65	-	47.300.486,93	1
Indústrias extrativas	883.725,91	-	1.587.119,17	-
Informação e comunicação	33.196.778,23	1	57.860.099,37	1
Saúde humana e serviços sociais	24.026.535,58	1	37.281.735,67	1
Transporte, armazenagem e correio	15.066.612,43	-	26.241.898,89	-
Outras atividades de serviços	11.585.046,40	-	16.249.373,35	-
Outros	3.402.778,40	-	10.220.277,13	-
Total	8.623.970.487,42	100	9.139.228.296,12	100

b) Concentração das operações de crédito

	30.06.2018	%	30.06.2017	%
10 maiores devedores	274.783.863,19	3	303.828.341,97	3
50 maiores devedores seguintes	368.002.002,44	4	489.824.556,25	5
100 maiores devedores seguintes	203.410.130,30	3	234.251.883,51	3
Demais devedores	7.777.774.491,49	90	8.111.323.514,39	89
Total	8.623.970.487,42	100	9.139.228.296,12	100

c) Composição por nível de risco e faixa de vencimento.

Nível	Operações Vincendas									30.06.2018	30.06.2017
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H		
Até 14 dias	106.226.241,61	33.354.115,99	21.878.855,82	7.182.344,93	2.003.759,46	2.076.956,53	332.817,22	195.309,18	539.175,17	173.789.575,91	157.034.045,39
De 15 a 30 dias	169.563.700,02	36.202.962,75	33.776.677,70	17.984.322,46	8.135.097,92	6.416.746,01	1.193.494,83	898.091,29	5.504.279,27	279.675.372,25	305.634.903,67
De 31 a 60 dias	160.269.479,67	35.028.078,36	29.968.527,07	17.345.706,89	7.588.927,23	2.197.284,92	1.077.401,96	941.532,01	4.598.701,51	259.015.639,62	320.837.013,63
De 61 a 90 dias	257.090.022,33	35.695.215,03	25.491.494,21	16.352.335,96	10.947.251,81	3.169.068,84	1.001.924,69	687.083,69	4.630.235,68	355.064.632,24	449.354.734,02
De 91 a 120 dias	30.603.890,22	8.537.814,03	6.226.629,91	3.260.996,38	1.027.325,58	594.853,56	87.080,57	47.269,59	326.740,83	50.712.600,67	44.651.295,27
De 121 a 150 dias	31.525.404,70	11.754.732,04	5.806.061,54	3.040.348,45	1.112.993,10	261.988,27	163.923,43	71.236,93	640.371,94	54.377.060,40	56.433.601,44
De 151 a 180 dias	311.432.853,81	75.403.554,41	65.105.969,86	43.033.602,41	16.733.805,49	7.187.553,68	3.993.618,67	1.994.840,08	11.605.159,29	536.490.957,70	614.032.820,44
De 181 a 360 dias	642.278.222,99	155.200.990,31	134.819.877,50	74.531.444,84	32.845.002,21	15.364.891,50	6.631.373,17	3.967.060,92	21.763.257,31	1.087.402.120,75	1.219.996.040,08
Acima de 360 dias	3.259.854.381,41	929.215.577,36	693.620.728,44	372.139.493,90	196.175.290,96	65.169.897,19	31.618.465,70	22.481.735,30	135.403.607,41	5.705.679.177,67	5.796.451.470,76
Total 30.06.2018	4.968.844.196,76	1.320.393.040,28	1.016.694.822,05	554.870.596,22	276.569.453,76	102.439.240,50	46.100.100,24	31.284.158,99	185.011.528,41	8.502.207.137,21	-
Total 30.06.2017	5.263.563.998,42	1.294.706.034,11	1.287.218.338,53	449.021.101,53	245.110.796,62	87.309.004,10	52.855.705,60	34.021.068,81	250.619.876,98	-	8.964.425.924,70

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

30.06.2018

(em Reais)

Operações Vencidas											
Nível	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.06.2018	30.06.2017
Até 14 dias	2.221.307,32	5.943.117,27	1.593.781,23	2.085.929,59	5.936.884,50	1.079.988,79	1.838.265,38	209.267,90	1.871.817,99	22.780.359,97	12.930.395,57
15 a 30 dias	2.156.924,31	6.694.677,67	12.366.695,70	5.649.688,80	1.079.012,46	1.377.097,14	537.983,83	374.173,58	2.023.260,58	32.259.514,07	28.953.389,69
De 31 a 60 dias	95.166,47	-	771.301,20	1.857.612,35	3.686.411,05	962.590,07	727.542,64	493.813,93	3.223.666,85	11.818.104,56	19.756.477,28
De 61 a 90 dias	51.200,22	-	-	304.675,17	4.864.815,60	890.925,11	826.418,91	452.394,72	2.393.365,19	9.783.794,92	10.485.638,92
De 91 a 120 dias	45.845,56	-	-	101.318,96	184.419,29	636.445,38	1.165.268,44	579.378,94	2.771.210,82	5.483.887,39	12.713.560,69
De 121 a 150 dias	50.399,78	-	-	-	168.537,30	148.175,83	643.775,43	512.856,79	3.509.988,19	5.033.733,32	7.884.366,14
De 151 a 180 dias	35.110,70	-	-	-	72.251,94	149.469,43	117.604,58	562.993,00	4.332.503,34	5.269.932,99	10.527.953,22
De 181 a 360 dias	51.716,03	-	-	-	-	246.336,98	414.377,50	493.188,01	28.128.404,47	29.334.022,99	71.550.589,91
Total 30.06.2018	4.707.670,39	12.637.794,94	14.731.778,13	9.999.224,87	15.992.332,14	5.491.028,73	6.271.236,71	3.678.066,87	48.254.217,43	121.763.350,21	174.802.371,42
Total 30.06.2017	2.400.599,57	1.701.043,18	9.537.039,73	17.232.951,51	7.935.849,53	23.426.769,77	4.936.507,72	8.433.450,22	99.198.160,19	-	174.802.371,42
Total geral 30.06.2018	4.973.551.867,15	1.333.030.835,22	1.031.426.600,18	564.869.821,09	292.561.785,90	107.930.269,23	52.371.336,95	34.962.225,86	233.265.745,84	8.623.970.487,42	-
Valor das Provisões	-	(6.665.727,50)	(10.314.715,82)	(16.946.384,97)	(29.256.250,60)	(32.379.104,26)	(26.185.700,31)	(24.473.574,76)	(233.265.745,84)	(379.487.204,06)	-
Total geral 30.06.2017	5.265.964.597,99	1.296.407.077,29	1.296.755.378,26	466.254.053,04	253.046.646,15	110.735.773,87	57.792.213,32	42.454.519,03	349.818.037,17	-	9.139.228.296,12
Valor das Provisões	-	(6.482.606,76)	(12.968.207,90)	(13.987.835,21)	(25.304.720,50)	(33.220.757,43)	(28.896.137,21)	(29.718.181,69)	(349.818.037,17)	-	(500.396.483,87)

d) Operações com características de operação de crédito por nível de risco e faixa de atraso

Operações vincendas – BRB CARD											
Nível	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.06.2018	30.06.2017
Até 14 dias	17.645.879,72	8.353.098,36	4.902.996,95	1.901.925,07	592.722,68	196.936,18	157.138,43	101.583,99	752.662,93	34.604.944,31	34.812.999,99
De 15 a 30 dias	54.648.833,11	32.689.374,41	8.545.146,74	3.163.399,58	674.555,18	347.443,43	160.294,81	147.386,37	1.815.909,44	102.192.343,07	215.599.356,68
De 31 a 60 dias	45.638.216,60	11.662.405,79	4.552.224,74	1.561.817,98	341.233,25	142.391,02	94.767,35	65.935,14	668.016,17	64.727.008,04	71.974.200,74
De 61 a 90 dias	35.529.571,84	7.879.067,21	3.502.955,23	1.216.025,88	299.208,26	130.756,92	80.113,52	56.604,31	462.392,87	49.156.696,04	51.352.411,51
De 91 a 120 dias	3.327.102,32	1.030.247,04	511.121,91	178.884,74	45.811,09	10.471,54	12.084,16	6.508,90	65.784,47	5.188.016,17	5.150.121,17
De 121 a 150 dias	6.009.646,00	1.524.880,80	710.789,93	235.634,36	40.481,61	20.088,10	13.116,00	9.122,58	78.203,35	8.641.962,73	8.868.234,29
De 151 a 180 dias	37.908.488,98	9.164.824,86	5.763.118,16	1.959.961,84	578.476,50	256.072,03	144.371,03	113.483,01	580.359,58	56.469.155,99	60.751.868,40
De 181 a 360 dias	19.280.928,61	5.919.479,32	5.274.737,71	2.034.590,09	876.354,67	355.501,51	174.507,42	139.562,84	648.520,83	34.704.183,00	41.454.884,19
Acima de 360 dias	921.638,67	858.871,04	1.582.772,96	1.177.385,96	1.062.699,06	423.911,44	114.644,64	152.716,75	516.768,89	6.811.409,41	10.312.908,09
Total em 30.06.2018	220.910.305,85	79.082.248,83	35.345.864,33	13.429.625,50	4.511.542,30	1.883.572,17	951.037,36	792.903,89	5.588.618,53	362.495.718,76	-
Total em 31.12.2017	236.035.681,04	80.099.031,25	35.712.668,12	13.147.948,21	5.595.421,01	1.922.706,10	1.237.629,90	856.461,44	5.821.045,58	236.035.681,04	-
Total em 30.06.2017	172.976.913,79	70.835.226,84	50.978.769,76	14.006.022,57	3.388.070,65	1.471.681,85	1.155.144,09	824.847,42	5.837.822,11	172.976.913,79	500.276.985,06

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

30.06.2018

(em Reais)

Operações vencidas – BRB CARD											
Nível	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.06.2018	30.06.2017
Até 14 dias	2.876.896,56	2.110.598,58	865.435,94	533.810,70	216.067,79	91.372,54	34.916,46	33.538,31	216.998,00	6.979.634,88	9.772.978,61
De 15 a 30 dias	2.529.815,93	2.584.933,38	6.327.562,00	993.737,86	429.770,10	161.701,68	141.266,69	92.161,41	390.751,48	13.651.700,53	19.582.036,64
De 31 a 60 dias	41,15	-	-	3.673.601,40	242.265,66	89.690,82	70.946,93	44.464,65	224.407,88	4.345.418,49	7.509.476,00
De 61 a 90 dias	-	-	-	-	3.339.761,78	331.096,37	145.558,44	75.438,45	531.277,90	4.423.132,94	6.202.869,00
De 91 a 120 dias	-	-	-	-	-	1.521.294,57	149.931,66	62.138,04	367.545,50	2.100.909,77	2.329.251,60
De 121 a 150 dias	-	-	-	-	-	46.632,78	1.672.812,46	190.251,85	462.050,32	2.371.747,41	3.312.705,19
De 151 a 180 dias	295,81	-	-	-	-	-	-	1.514.012,62	668.491,28	2.182.799,71	3.292.769,27
De 181 a 360 dias	9.839,16	-	-	-	-	-	-	-	11.980.080,37	11.989.919,53	16.350.588,70
Total em 30.06.2018	5.416.888,61	4.695.531,96	7.192.997,94	5.201.149,96	4.227.865,33	2.241.788,76	2.215.432,64	2.012.005,33	14.841.602,73	48.045.263,26	
Total em 31.12.2017	6.751.603,17	4.662.616,05	5.139.775,62	5.222.768,30	4.511.422,93	3.169.857,89	2.419.995,04	1.801.859,03	17.014.902,56	6.751.603,17	-
Total em 30.06.2017	4.798.975,76	2.287.297,28	17.034.975,09	8.995.101,36	6.321.738,04	2.630.724,98	3.213.991,72	3.061.159,40	20.008.711,38	4.798.975,76	68.352.675,01
Total Geral em 30.06.2018	226.327.194,46	83.777.780,79	42.538.862,27	18.630.775,46	8.739.407,63	4.125.360,93	3.166.470,00	2.804.909,22	20.430.221,26	410.540.982,02	-
Valor das Provisões	-	419.360,02	425.590,18	559.006,79	873.965,57	1.237.620,71	1.583.247,69	1.963.445,17	20.430.221,26	27.492.457,39	-
Total Geral em 31.12.2017	242.787.284,21	84.761.647,30	40.852.443,74	18.370.716,51	10.106.843,94	5.092.563,99	3.657.624,94	2.658.320,47	22.835.948,14	-	-
Valor das Provisões	-	424.292,01	408.716,81	551.199,16	1.010.711,82	1.527.782,25	1.828.826,92	1.860.832,18	22.835.948,14	-	-
Total Geral em 30.06.2017	177.775.889,55	73.122.524,12	68.013.744,85	23.001.123,93	9.709.808,69	4.102.406,83	4.369.135,81	3.886.006,82	25.846.533,49	-	568.629.660,07
Valor das Provisões	-	366.011,58	680.378,61	690.115,47	971.003,25	1.230.733,49	2.184.583,10	2.720.214,39	25.846.533,49	-	(34.689.573,38)

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e créditos recuperados

	30.06.2018	30.06.2017
Saldo inicial	423.446.220,14	561.169.592,92
Constituição de Despesa	217.310.736,13	323.403.710,77
Reversão de Receita	(123.150.424,62)	(168.767.412,51)
Total provisões constituídas/revertidas	94.160.311,51	154.636.298,26
Transferência para prejuízo	(110.626.870,20)	(180.719.833,93)
Saldo final	406.979.661,45	535.086.057,25
Créditos recuperados	51.175.259,29	40.859.076,58

Adicionalmente à movimentação evidenciada no quadro acima, houve o provisionamento no montante de R\$ 284.674,75 no BRB – Consolidado referente à confissão de dívida pela LSH Barra Empreendimentos Imobiliários S. A. devido ao não pagamento de distribuição de cotas do FIP LSH, totalizando a despesa líquida de R\$ 94.444.986,26 demonstrada na DRE.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

30.06.2018

(em Reais)

f) Renegociações

As operações de créditos renegociadas no primeiro semestre de 2018 totalizaram R\$ 1.196.729.288,69 (R\$ 2.242.208.291,33 no mesmo período de 2017). Essas operações são decorrentes de operações da carteira ativa e de créditos baixados como prejuízo e foram registradas mantendo-se a mesma classificação de risco e a provisão para perdas existentes anteriormente à renegociação. Somente haverá mudança na classificação após o pagamento de parte relevante da dívida renegociada.

Nota 9 Outros créditos

a) Rendas a receber

	30.06.2018	30.06.2017
Dividendos/juros sobre capital próprio	18.082,88	45.977,24
Serviços de arrecadação	12.912.029,95	11.473.607,90
Outros serviços prestados	2.098.372,96	3.577.851,69
Total	15.028.485,79	15.097.436,83

b) Diversos

	30.06.2018	30.06.2017
Adiantamentos e antecipações salariais	19.439.268,68	19.018.255,53
Devedores por depósitos em garantia:		
Fiscais	658.175.576,59	610.317.522,83
Trabalhistas	30.483.642,35	27.894.936,70
Outros	24.928.803,70	21.254.117,44
Impostos e contribuições a compensar	49.358.060,91	30.680.415,67
Pagamentos a ressarcir	22.733.623,08	25.202.165,68
Títulos e créditos a receber	6.973.838,92	6.441.525,58
Valores a receber – sociedades ligadas	7.938,92	8.126,56
Correspondentes não bancários	75.938,36	106.193,25
Devedores diversos – país	36.185.400,98	95.462.732,68
Total	848.362.092,49	836.385.991,92

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

30.06.2018

(em Reais)

c) Composição das provisões para outros créditos

	30.06.2018	30.06.2017
Carteira de crédito BRBCard	(27.492.457,39)	(34.689.573,38)
Pagamentos a ressarcir	(1.162.816,49)	(1.162.816,49)
Outras	(383.533,16)	(249.305,56)
Total	(29.038.807,04)	(36.101.695,43)

Nota 10 Ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos

a.1) Créditos Tributários de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de diferenças intertemporais.

	Crédito tributário
Saldo em 31.12.2016	551.791.203,90
Constituição	173.870.141,82
Realização	(165.521.119,90)
Saldo em 30.06.2017	560.140.225,82
Saldo em 31.12.2017 (Nota 3u)	523.566.324,18
Constituição	125.842.616,40
Realização	(174.376.613,54)
Saldo em 30.06.2018	475.032.327,04

a.2) Créditos Tributários de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de ajustes a valor de mercado de TVM.

Total em 31.12.2016	4.640.206,37
Constituição	239.356,41
Realização	(764.976,28)
Total em 30.06.2017	4.114.586,50
Total em 31.12.2017 (Nota 3u)	5.877.572,16
Constituição	788.728,51
Realização	(2.799.792,07)
Saldo em 30.06.2018	3.866.508,60

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

30.06.2018

(em Reais)

a.3) Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal do IR

Total em 31.12.2016	30.290.033,56
Constituição	1.299.815,96
Realização	(6.119.744,12)
Total em 30.06.2017	25.470.105,40
Total em 31.12.2017	24.353.670,59
Constituição	1.374.635,19
Realização	(8.299.729,18)
Saldo em 30.06.2018	17.428.576,60

a.4) Créditos Tributários da Base Negativa da CSLL

Total em 31.12.2016	24.529.706,87
Constituição	1.023.449,43
Realização	(4.932.083,04)
Total em 30.06.2017	20.621.073,26
Total em 31.12.2017	19.769.612,44
Constituição	833.090,47
Realização	(6.613.444,57)
Saldo em 30.06.2018	13.989.258,34
Total de Créditos Tributários	510.316.670,59
Percentual em relação ao Patrimônio Líquido	36,82%
Percentual em relação ao Ativo Total	3,43%

b) Passivo fiscal diferido (nota 20a)

b.1) Passivo fiscal diferido TVM

	Crédito tributário
Total passivo fiscal diferido 31.12.2016	1.071.932,92
Ajuste positivo	1.575.793,88
Ajuste negativo	704.113,75

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

30.06.2018

(em Reais)

	Crédito tributário
Total passivo fiscal diferido 31.12.2017	1.943.613,05
Ajuste positivo	196.216,34
Ajuste negativo	(799.236,29)
Saldo em 30.06.2018	1.340.593,10

b.2) Passivo fiscal diferido

	Crédito tributário
Total passivo fiscal diferido 31.12.2016	30.450.682,59
Ajuste positivo	7.801.207,98
Ajuste negativo	(4.846.324,56)
Total passivo fiscal diferido 31.12.2017	33.405.566,01
Ajuste positivo	1.674.055,04
Ajuste negativo	(177.714,83)
Saldo em 30.06.2018	34.901.906,22

c) Cálculo do crédito tributário ativado

Descrição das provisões/adições temporariamente indedutíveis	30.06.2018	30.06.2017
	IR e CSLL	IR e CSLL
Devedores duvidosos	257.899.691,18	345.628.545,25
Licença prêmio	55.676,95	64.081,55
Litígios trabalhistas	24.682.209,24	29.319.430,47
Outros litígios	16.551.903,63	17.348.896,06
Desvalorização de Títulos Livres	24.303.633,30	-
Provisão sobre precatório do DER	308.745,60	286.588,77
Perdas com FCVS	20.660.466,35	18.410.768,45
Outros Valores e Bens	3.736.719,13	1.239.794,44
Provisão riscos fiscais (INSS)	7.280.274,31	11.242.044,92
Provisão riscos fiscais (IRPJ)	2.194.169,74	-
Provisão riscos fiscais (Multa FNDE)	735.391,46	735.662,13
Provisão riscos fiscais (PIS E Cofins)	2.548.952,15	2.553.155,44
Provisão despesas de pessoal – Abono	29.739,79	21.517,78

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

30.06.2018

(em Reais)

Descrição das provisões/adições temporariamente indedutíveis	30.06.2018	30.06.2017
	IR e CSLL	IR e CSLL
Provisão PDVI	-	-
Previdência complementar	100.062.585,61	108.355.928,82
Outras	13.982.168,57	24.933.811,74
Total	475.032.327,01	560.140.225,82
Prejuízo Fiscal do IR 25%	17.428.576,61	25.470.105,40
Base Negativa da CSLL 15%	13.989.258,34	20.621.073,26
Ajuste de TVM	3.866.508,60	4.114.586,50
Total	510.316.670,56	610.345.990,98

d) Estimativa de realização do crédito tributário

2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023 a 2027	%
184.023.542,75	36,05%	122.682.347,99	24,04%	39.889.276,84	7,82%	47.696.581,84	9,35%	24.599.769,69	4,82%	91.425.151,47	17,92%

e) Valores realizados do crédito tributário

	30.06.2018	30.06.2017
Valor projetado	281.121.257,65	277.304.651,43
Valor realizado	186.921.690,86	371.079.623,49
Percentual de realização	66,49%	133,82%

O valor presente dos créditos tributários descontados à taxa média de captação é de R\$ 510.316.670,59.

Nota 11 Impostos e contribuições

Demonstrativo da apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social

	30.06.2018	30.06.2017 (nota 3u)
Resultado antes do IR e CSLL antes participação nos lucros	255.753.719,58	181.481.239,60
(-) Participação nos lucros	21.918.664,59	(16.359.183,38)
(+) Adição	340.000.853,72	385.284.086,50
Permanente	5.553.450,87	5.307.656,56

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

30.06.2018

(em Reais)

	30.06.2018	30.06.2017 (nota 3u)
Equivalência patrimonial	286.070,65	19.519,99
Outras adições	5.267.380,22	5.288.136,57
Não Permanente	334.447.402,85	379.976.429,94
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	237.672.434,17	312.245.877,40
Provisão para Contingências	9.214.637,41	16.012.760,75
Provisão para PDVI	5.200.120,69	-
Provisão para Perdas c/ FCVS	2.053.259,75	4.517.082,96
Previdência Complementar	19.251.607,02	14.195.462,82
Outras adições	61.055.343,81	33.005.246,01
(-) Exclusão	(432.676.726,03)	(437.478.191,33)
Permanente	(49.587.205,30)	(40.074.032,77)
Equivalência patrimonial	(17.795.270,04)	(17.936.937,74)
JCP	(31.415.675,00)	(22.000.000,00)
Outras exclusões	(376.260,26)	(137.095,03)
Não permanente	(383.089.520,73)	(397.404.158,56)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(341.419.513,33)	(320.544.445,36)
Provisão de Contingências	(5.379.652,93)	(40.233.113,83)
Provisão para PDVI	-	-
Previdência complementar	(10.598.743,07)	(9.492.974,70)
Outras exclusões	(25.691.611,40)	(27.133.624,67)
(=) Lucro real antes da compensação de prejuízo fiscal	141.159.182,68	112.927.951,39
(-) Compensação de prejuízo fiscal	(27.700.375,99)	(18.054.197,87)
(=) Lucro/Prejuízo fiscal	113.458.806,69	94.873.753,52
Imposto de renda à alíquota 15%	17.712.993,38	14.257.386,14
Imposto de renda adicional 10%	11.760.662,25	9.456.924,09
(-) Incentivos fiscais	(1.163.735,84)	(1.157.006,89)
(+/-) Ajustes despesa IR/exercícios anteriores	-	-
Despesa com IR à alíquota de 25%	(28.309.919,79)	(22.557.303,33)
Provisões para IRPJ - Valores diferidos	(3.047.637,73)	(1.584.237,19)
Total IRPJ	31.357.557,52	24.141.540,52
Base de Cálculo antes da compensação de base negativa (CSLL)	144.972.134,59	112.584.156,85
(-) Compensação de base negativa	(27.513.286,32)	(18.317.653,19)
(=) Base de cálculo da CSLL	117.458.848,27	94.266.503,66

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

30.06.2018

(em Reais)

	30.06.2018	30.06.2017 (nota 3u)
Valor da CSLL	23.491.769,66	18.684.653,16
(-) Ajuste CSLL período anterior	-	(9.256,07)
Despesa com CSLL	23.491.769,66	18.675.397,09
Provisões para CSLL – Valores diferidos	2.180.617,61	957.317,72
Total CSLL	25.672.387,27	19.632.714,81
IRPJ e CSLL	57.029.944,79	43.774.255,33

Nota 12 Outros valores e bens

	Saldo em 31.12.2017	Adições	Baixas	Saldo em 30.06.2018
Bens não de uso próprios*	149.171.766,81	2.592.225,49	(3.386.494,07)	148.377.498,23
Material em estoque	1.101.892,48	58.677.000,57	(58.414.420,71)	1.364.472,34
Total	150.273.659,29	61.269.226,06	(61.800.914,78)	149.741.970,57

* Bens incorporados ao patrimônio do Banco em função de dação em pagamento ou consolidação de propriedade.

Nota 13 Investimentos – participações em coligadas e controladas no país

a) Participações em coligadas e controladas no país

	Corretora Seguros BRB	BSB Participações
Capital Social	47.178.000,00	305.728,10
Quantidade de ações		
Ordinárias	26.777.994	2.315.119
Percentual de participação	100,00%	99,99%

Movimento do investimento	Corretora Seguros BRB	BSB Participações	Total
Saldos em 31.12.2017 (Nota 3u)	84.102.465,94	30.585,57	84.133.051,51
Equivalência patrimonial	17.532.077,20	(22.877,81)	17.509.199,39
Dividendos/juros sobre capital próprio distribuído	(20.629.617,49)	-	(20.629.617,49)
Aumento do capital	-	105.728,28	105.728,28
Saldos em 30.06.2018	81.004.925,65	113.436,04	81.118.361,69

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

30.06.2018

(em Reais)

Nota 14 Imobilizado de uso

	Taxa de depreciação	Saldo em 31.12.2017	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 30.06.2018
Móveis e equipamentos em estoque	0%	194.513,17	650.255,10	(656.080,13)	(32.645,43)	156.042,71
Imobilizações em curso	0%	775.210,19	276.745,10	(242.645,10)	(236.071,66)	573.238,53
Terrenos	0%	16.857.097,92	446,95	(446,95)	-	16.857.097,92
Edificações	4%	46.000.020,87	-	-	-	46.000.020,87
Instalações	10%	7.126.162,38	21.921,71	(21.921,71)	-	7.126.162,38
Móveis e equipamentos de uso	10%	25.712.374,63	399.712,02	(200.590,30)	66.793,34	25.978.289,69
Sistema de comunicação	20%	2.048.021,71	111.823,50	(91.937,34)	564,13	2.068.472,00
Sistema de processamento de dados	20%	68.077.647,63	7.301.838,01	(1.927.654,84)	185.376,00	73.637.206,80
Sistema de segurança	10%	9.219.038,36	410.969,75	(208.714,81)	15.983,62	9.437.276,92
Sistema de transporte	20%	2.417.356,44	-	-	-	2.417.356,44
Subtotal	-	178.427.443,30	9.173.712,14	(3.349.991,18)	-	184.251.164,26
Depreciação acumulada	-	(116.963.613,52)	(6.684.020,24)	19.690,93	-	(123.627.942,83)
Total	-	61.463.829,78	2.489.691,90	(3.330.300,25)	-	60.623.221,43

Nota 15 Intangível

	Taxa de amortização	Saldo em 31.12.2017	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 30.06.2018
Outros ativos intangíveis	10 a 20%	238.834.843,85	20.746.728,05	(6.405.441,41)	-	253.176.130,49
Amortização acumulada	-	(83.041.557,33)	(23.357.995,32)	6.405.441,41	-	(99.994.111,24)
Total	-	155.793.286,52	(2.611.267,27)	-	-	153.182.019,25

(*) Para o cálculo da amortização dos softwares é utilizado o prazo contratual ou a taxa de 20% ao ano.

Nota 16 Depósitos

a) Resumo

	30.06.2018	30.06.2017
Depósitos à vista	719.047.471,74	698.220.374,31
Pessoas físicas	205.605.427,43	212.458.219,31
Pessoas jurídicas	334.851.319,18	332.708.863,53
Vinculados	27.623.069,07	36.580.000,93

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

30.06.2018

(em Reais)

	30.06.2018	30.06.2017
Governos	1.125.930,7	772.649,91
Depósitos à vista de ligadas	124.507.156,96	91.486.803,44
Depósitos de instituições do sistema financeiro	12.430.618,09	23.888.736,94
Contas encerradas	412.809,32	325.100,25
Moedas estrangeiras no país	12.491.140,99	-
Depósitos de poupança	1.771.300.461,00	1.633.844.406,81
Pessoas físicas	1.667.813.436,27	1.541.716.778,88
Pessoas jurídicas	94.982.008,55	79.111.462,93
Empresas ligadas	8.417.298,63	12.896.247,77
PJ – instituição financeira	87.717,55	119.917,23
Depósitos interfinanceiros	176.629.119,15	63.820.485,85
Depósito a prazo	6.994.443.813,54	6.232.669.354,76
Pessoas físicas	3.052.548.520,70	2.749.106.117,39
Pessoas jurídicas	1.471.415.454,62	1.247.143.368,05
Empresas ligadas	94.082.510,11	149.192.065,37
GDF	851.150.367,71	661.203.018,74
Outros governos	55.322.415,98	57.636.405,18
Depósitos judiciais com remuneração	1.466.359.519,30	1.363.154.934,46
Depósitos pagamentos por consignação - extrajudicial	3.565.025,12	5.233.445,57
Moeda eletrônica – cartão pré pago	1.199.469,55	2.732.956,34
Total	9.662.620.334,98	8.631.287.578,07

b) Segregação por prazo de exigibilidade

	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	30.06.2018	30.06.2017
Depósitos à vista	719.047.471,74	-	-	-	-	-	719.047.471,74	698.220.374,31
Depósitos de poupança	1.771.300.461,00	-	-	-	-	-	1.771.300.461,00	1.633.844.406,81
Depósitos interfinanceiros	-	176.629.119,15	-	-	-	-	176.629.119,15	63.820.485,85
Depósitos a prazo	-	1.340.198.198,77	499.880.877,19	1.913.227.026,16	1.603.580.363,80	167.632.803,20	5.524.519.269,12	4.864.280.974,73
Depósitos judiciais com remuneração	1.466.359.519,30	-	-	-	-	-	1.466.359.519,30	1.363.154.934,46
Depósitos pagamentos por consignação - extrajudicial	3.565.025,12	-	-	-	-	-	3.565.025,12	5.233.445,57
Moeda eletrônica – cartão pré pago	1.199.469,55	-	-	-	-	-	1.199.469,55	2.732.956,34
Total em 30.06.2018	3.961.471.946,71	1.516.827.317,92	499.880.877,19	1.913.227.026,16	1.603.580.363,80	167.632.803,20	9.662.620.334,98	-
Total em 30.06.2017	3.703.186.117,49	1.301.832.032,07	496.446.091,28	1.141.853.991,14	1.805.151.605,16	182.817.740,93	-	8.631.287.578,07

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

30.06.2018

(em Reais)

Nota 17 Captação no mercado aberto

a) Resumo

	30.06.2018	30.06.2017
Carteira própria	-	105.004.292,05
Recompras a liquidar	-	105.004.292,05
Letras Financeiras do Tesouro	-	105.004.292,05
Carteira de terceiros	773.628.247,41	670.816.320,37
Recompras a liquidar	773.628.247,41	670.816.320,37
Letras financeiras do Tesouro	-	144.861.104,14
Letras do Tesouro Nacional	523.606.977,60	957.592,88
Notas do Tesouro Nacional	250.021.269,81	524.997.623,35
Total	773.628.247,41	775.820.612,42

Nota 18 Recursos letras hipotecárias, imobiliárias, créditos e similares

	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	De 1 a 3 anos	30.06.2018	30.06.2017
Recursos de letras de crédito imobiliário	6.062.959,80	16.125.860,49	17.624.720,60	87.593.824,98	63.584.052,11	190.991.417,98	307.195.501,29
Letras financeiras	-	48.713.085,53	-	-	-	48.713.085,53	44.980.790,80
Total em 30.06.2018	6.062.959,80	64.838.946,02	17.624.720,60	87.593.824,98	63.584.052,11	239.704.503,51	-
Total em 30.06.2017	18.745.586,88	85.190.746,39	62.462.830,87	63.907.761,24	121.869.366,71	-	352.176.292,09

Nota 19 Obrigações por repasses do país - instituições oficiais

Referem-se a recursos captados para empréstimos e financiamentos e estão registrados pelo valor do principal, acrescido de juros e correção monetária, de acordo com a característica de cada origem do recurso. Substancialmente, as captações estão assim demonstradas:

a) Segregação por tipo de recursos

Origem dos Recursos	Taxas/remuneração	Finalidade/Programas	Vencimento final	30.06.2018	30.06.2017
Tesouro Nacional	3% a.a.	Polobrasília e Profir/OECF	Outubro de 2025	1.393.936,61	1.513.666,55
Banco do Brasil (FCO)	2,94% a.a. até 7% a.a.	Desenvolvimento industrial, desenvolvimento do turismo regional, desenvolvimento dos setores de comércio, serviços, rural e infraestrutura econômica.	Outubro de 2027	46.695.701,03	53.352.919,04

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

30.06.2018

(em Reais)

Origem dos Recursos	Taxas/remuneração	Finalidade/Programas	Vencimento final	30.06.2018	30.06.2017
BNDES	0,9% a.a. até 4,5% a.a. + TJLP	POC/automático, POC/Finem, comércio e serviços e rural.	Junho de 2023	66.710.710,25	78.427.582,71
CEF	5% a.a. até 6,5% a.a. + UPR	Finansa	Outubro de 2018	-	123.646,77
Finame	0,9% a.a. até 7,0% a.a. + TJLP	Programas automático, especial e agrícola.	Novembro de 2024	90.694.102,42	116.186.251,55
Total				205.494.450,31	249.604.066,62

b) Segregação por vencimento

	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 15 anos	30.06.2018	30.06.2017
Tesouro Nacional	190.097,77	343.953,96	343.953,96	515.930,92	1.393.936,61	1.513.666,55
Banco do Brasil (FCO)						
Industrial	11.377.661,47	11.992.073,43	5.923.088,86	5.020.075,41	34.312.899,17	37.692.653,69
Rural	3.000.501,32	6.132.993,66	2.516.487,65	732.819,23	12.382.801,86	15.660.265,35
BNDES						
Industrial	3.084.787,90	4.803.650,84	4.587.201,63	3.265.216,79	15.740.857,16	19.295.357,77
Rural	8.313.013,63	13.776.667,31	9.469.937,50	19.410.234,65	50.969.853,09	59.132.224,94
CEF	-	-	-	-	-	123.646,77
Finame						
Industrial	9.973.650,04	17.048.677,23	8.283.932,51	511.925,98	35.818.185,76	46.922.193,56
Rural	12.647.595,33	22.075.763,72	14.923.166,63	5.409.390,98	54.875.916,66	69.264.057,99
Total em 30.06.2018	48.407.307,46	76.173.780,15	46.047.768,74	34.865.593,96	205.494.450,31	-
Total em 30.06.2017	53.275.331,84	84.006.973,22	58.919.164,68	53.402.596,88	-	249.604.066,62

Nota 20 Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias

	30.06.2018	30.06.2017
Impostos e contribuições sobre salários	19.488.414,34	19.140.172,90
Impostos e contribuições s/lucros a pagar	3.023.693,99	5.977.949,84
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	2.736.358,00	2.263.873,82
Impostos e contribuições – outros	10.711.072,11	11.642.553,05
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	35.557.605,05	16.560.905,86

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

30.06.2018

(em Reais)

	30.06.2018	30.06.2017
Provisão para impostos e contribuições diferidos (nota 10b)	36.242.499,32	33.603.943,13
Total	107.759.642,81	89.189.398,60

b) Dívidas subordinadas elegíveis ao capital.

A Letra Financeira Subordinada – LFS foi criada pela Medida Provisória n.º 472/2009, posteriormente convertida em Lei n.º 12.249/2010. É um título de crédito que consiste em promessa de pagamento em dinheiro, nominativo, transferível e de livre negociação, cuja emissão, exclusiva de instituições financeiras, foi regulamentada pelo CMN por meio de sua Resolução n.º 4.123/2012.

O título visa dotar as instituições de um instrumento juridicamente seguro que viabilize a captação de recursos de médio e de longo prazos, de modo a propiciar melhor gestão da liquidez. A Resolução estabelece ainda:

- não pode ser emitida com valor nominal unitário inferior a R\$ 300 mil;
- prazo de vencimento mínimo de 5 anos;
- não é permitido o resgate antecipado;
- a remuneração pode ser com taxa prefixada, taxas flutuantes referenciadas no CDI ou Selic ou ainda índice de preços.

Resumo do título por indexador e vencimento:

	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	30.06.2018	30.06.2017
CDI (LFS)	35.603.914,13	38.402.617,96	-	-	74.006.532,09	67.744.944,52
IPCA (LFS)	-	103.299.611,03	-	-	103.299.611,03	94.151.971,13
CDI (LFSN)	-	17.887.780,30	105.372.301,79	85.592.562,76	208.852.644,85	189.452.645,16
IPCA (LFSN)	-	257.449.568,39	14.136.461,29	-	271.586.029,68	243.817.153,27
Total em 30.06.2018	35.603.914,13	417.039.577,68	119.508.763,08	85.592.562,76	657.744.817,65	-
Total em 30.06.2017	-	161.896.915,65	354.627.862,90	78.641.935,53	-	595.166.714,08

c) Diversas

	30.06.2018	30.06.2017
Cheques administrativos	1.518.150,92	55.491.356,49
Credores por recursos a liberar	3.441.420,06	6.252.235,91
Obrigações para aquisição de bens e direitos	340.798,52	340.798,52
Obrigações por convênios oficiais	17.482.156,14	21.316.598,00

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

30.06.2018

(em Reais)

	30.06.2018	30.06.2017
Obrigação por prestação de serviços de pagamento	24.795.813,55	16.445.853,59
Provisão para pagamento – despesas de pessoal	126.085.737,78	114.646.849,67
Provisão para pagamento – outras despesas administrativas	40.684.794,62	37.152.200,31
Credores diversos – país	28.715.288,22	11.548.282,50
Pagamentos a processar	52.547.980,99	25.146.478,33
Pendências de depósitos	6.996.120,76	8.554.712,30
Obrigações com bandeiras e associados	13.116.126,64	358.015.168,93
Pendências a regularizar de sistemas	216.483,64	2.455.993,94
Fornecedores CPG	204.822,23	207.292,56
Outros	24.278.727,00	39.086.344,19
Total	340.424.421,07	696.660.165,24

Nota 21 Provisões, passivos e contingências passivas

a) Contingências de “risco provável”

Natureza	Saldo em 31.12.2017	Constituição	Utilização	Reversão	Atualização	Saldo em 30.06.2018
Trabalhistas	50.859.299,68	8.126.168,94	(2.709.529,75)	(2.875.792,08)	2.605.731,78	56.005.878,57
Cíveis	34.734.070,85	1.677.841,07	(183.226,48)	(631.021,66)	2.075.059,45	37.672.723,23
Subtotal	85.593.370,53	9.804.010,01	(2.892.756,23)	(3.506.813,74)	4.680.791,23	93.678.601,80
Fiscais – CSLL	403.290.396,59	12.573.333,35	(11.779.197,56)	(2.591.837,02)	19.785.219,60	421.277.914,96
INSS – PLR	18.010.188,41	-	-	-	190.497,16	18.200.685,57
Salário Educação	2.351.779,41	-	-	-	19.132,99	2.370.912,40
PIS	11.416.608,97	-	-	-	34.800,55	11.451.409,52
Cofins	2.797.568,27	-	-	-	50.848,45	2.848.416,72
IRPJ	14.576.013,00	-	-	-	135.834,63	14.711.847,63
Outros tributos	652.498,39	158.501,51	-	(157.822,46)	305.586,34	958.763,78
Subtotal	453.095.053,04	12.731.834,86	(11.779.197,56)	(2.749.659,48)	20.521.919,72	471.819.950,58
Total	538.688.423,57	22.535.844,87	(14.671.953,79)	(6.256.473,22)	25.202.710,95	565.498.552,38

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

30.06.2018

(em Reais)

a.1 - Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se basicamente a ações com pleitos relativos às horas-extras, especialmente 7ª e 8ª horas, incorporações de funções/atividades gratificadas e indenizações decorrentes de acidentes do trabalho. Há, também, causas de responsabilidade subsidiária, movidas em desfavor das empresas prestadoras de serviços ao Banco.

a.2 - Contingências Cíveis

As contingências referem-se basicamente a ações relativas a indenizações por danos morais e materiais, glosas decorrentes de descumprimento de contratos administrativos por prestadores de serviços e contestadas judicialmente, decorrentes de roubos de cofres de aluguel e inscrição em órgãos de proteção ao crédito, além de diferenças de correção de planos econômicos sobre cadernetas de poupança.

Ações judiciais de poupadores do Plano Collor - Súmula do STF: Em relação às ações judiciais que envolvem a correção de planos econômicos sobre cadernetas de poupança, em especial o Plano Collor, o Banco possui 294 processos em curso. Vale frisar que o BRB aderiu ao acordo firmado entre a FEBRABAN e entidades de defesa de consumidores, homologado pelo Supremo Tribunal Federal.

a.3 - Contingências fiscais

As contingências referem-se basicamente à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e a contestações judiciais de autos de infração.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL: O Banco contesta, administrativa e judicialmente, os autos de infrações lavrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por conta do não recolhimento da CSLL, instituída pela Lei n.º 7.689/1988, respaldado em ação judicial que transitou em julgado em 18.02.1992, desobrigando-o do recolhimento da referida contribuição. Em razão da inobservância da tese da coisa julgada, o BRB ajuizou a ação anulatória (2006.34.00.001140-3), em trâmite na 6ª Vara Federal de Brasília, que visa anular as exações da Receita. A provisão é de R\$ 420.263.962,45 (R\$ 385.737.124,37 em 30.06.2017).

Controladas Financeira BRB e BRB – DTVM: A BRB - DTVM e a Financeira BRB discutiam judicialmente a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, por meio da ação ordinária n.º 1998.34.00.000054-7, em trâmite na 22ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília, na qual postulavam a ilegalidade e a inconstitucionalidade da exigência da CSLL de pessoas jurídicas que não são empregadoras.

Com a adesão ao programa de benefício fiscal instituído pela Lei n.º 11.941/2009 e as baixas contábeis dos depósitos judiciais da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL e das respectivas provisões para perdas, a BRB CFI aguarda levantamento do saldo remanescente no valor de R\$ 807.140,49, em 30.06.2018, enquanto a BRB - DTVM espera o levantamento do valor de R\$ 206.812,02, na data-base de 30.06.2018.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

30.06.2018

(em Reais)

PIS – Emendas Constitucionais n.º 1/1994 e n.º 10/1996: Ao argumento de inconstitucionalidade da Medida Provisória n.º 517/1994, a qual alargou a base de cálculo do PIS/Pasep para incluir na sua base de cálculo as receitas financeiras, em total descompasso com os artigos 72 e 73 do ADCT e com a legislação que define a base de cálculo do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza, em 18.06.1996 o BRB e a Financeira BRB ajuizaram ação Ordinária contra a União, ocasião em que postularam o direito de continuar a recolher o PIS com base na legislação do Imposto de Renda, na forma definida no inciso V do art. 72 do ADCT, com redação estabelecida pela Emenda Constitucional de Revisão n.º 01/1994 e pela Emenda Constitucional n.º 10/1996.

Com a improcedência do pleito, o BRB aguarda a conversão dos depósitos em rendas da União para a baixa da provisão no valor de R\$ 11.451.409,52 (R\$ 10.473.665,70 em 30.06.2017). Para a Financeira BRB parte dos depósitos foram convertidos em rendas da União. Restam os depósitos de janeiro a junho de 1997 que ainda não foram levantados pela União, e possui a provisão de R\$ 312.104,39 (R\$ 305.777,86 em 30.06.2017).

Salário Educação: Em razão de discussão judicial instaurada com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, que aplicou multas em desfavor do BRB em decorrência de supostos atrasos nos recolhimentos referentes ao Salário Educação, nos autos da ação Anulatória de Débito Fiscal n.º 2003.34.00.043653-3, foi efetivada provisão em 31.08.2007, no montante de R\$ 1.680.000,00, o saldo atualizado é de R\$ 2.370.912,40 (R\$ 2.327.467,10 em 30.06.2017).

IRPJ: Em reavaliação dos processos tributários, especificamente no que tange à autuação oriunda de Termo de Verificação Fiscal, iniciado em 19.12.2007, consoante Mandado de Procedimento Fiscal – MPF nº 01.1.01.00-2007-00666-4, da Receita Federal do Brasil, na parte que trata do IRPJ – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, cujo valor principal da autuação é de R\$ 4.355.000,00, que, acrescido de juros de mora e multa, atingiu o montante de R\$ 14.576.013,00, decidiu-se pela alteração da probabilidade de perda, alterando-a de possível para provável. O débito é discutido na ação Anulatória nº 74082-94.2015.4.01.3400, em trâmite na 6ª Vara da Seção Judiciária de Brasília, ainda sem decisão de primeira instância, sendo efetivado provisionamento do valor atualizado.

a.4 - Contingências previdenciárias

Autuações referentes ao INSS: O Banco recebeu, em dezembro de 2001, quatro autuações do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. A primeira refere-se à majoração de alíquotas e as demais ao não-recolhimento da contribuição patronal incidente sobre os valores pagos a título de participações nos lucros e resultados e sobre pagamento de abono salarial em acordo coletivo.

INSS – PLR: Outras autuações da Receita Federal do Brasil (NFLD n.º 37.135.117-0, NFLD n.º 37.135.116-2 e AI n.º 37.135.118-9), no valor total de R\$ 37.078.951,68, são objeto de discussão na esfera administrativa. A primeira (NFLD n.º 37.135.117-0), no valor nominal de R\$ 34.850.903,26, refere-se às contribuições previdenciárias patronal (INSS) supostamente devidas sobre a participação nos lucros e resultados pagos aos empregados do Banco, sendo provisionado o valor de R\$ 18.200.685,57 (R\$ 17.768.123,50 em 30.06.2017).

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

30.06.2018

(em Reais)

b) Contingências de "risco possível"

Natureza	30.06.2018		30.06.2017	
	Quantidade	Saldo	Quantidade	Saldo
Cível	492	250.475.189,50	621	212.680.816,94
Trabalhista	104	18.626.770,11	143	16.532.470,20
Fiscal	11	128.901.580,82	13	125.728.560,47
Total	607	398.003.540,43	777	354.941.847,61

Para as ações promovidas contra o Conglomerado BRB cuja probabilidade de perda está definida como possível não foram constituídas provisões, conforme políticas contábeis descritas na nota 3p.

Movimentação das contingências com perdas "possíveis"

O BRB – Consolidado Prudencial possui 492 processos de natureza cível, no montante de R\$ 250.475.189,50, promovidos contra o Conglomerado, cuja probabilidade de perda está definida como possível, envolvendo, além dos objetos discutidos no tópico anterior, também ações relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes da cobrança de saldos em atraso por meio de débito em contas, inscrição em órgãos de proteção ao crédito e contrato de financiamento firmado com a Cooperativa de Transporte Coletivo Público do DF (Coopertran).

Há, também, 104 processos de natureza trabalhista, com probabilidade de perda definida como possível, no montante de R\$ 18.626.770,11, que envolvem horas-extras, especialmente 7ª e 8ª horas, incorporações de funções/atividades gratificadas, indenizações decorrentes de acidentes do trabalho, e causas de responsabilidade subsidiária.

Existem, ainda, 11 processos de natureza fiscal no montante de R\$ 128.901.580,82 com probabilidade de perda possível, relativas a autuações do INSS, originadas de PLR, e da Receita Federal, decorrentes de suposta falha no recolhimento da CSLL/IRPJ.

Nota 22 Receitas e despesas

a) Receitas de prestação de serviços

	30.06.2018	30.06.2017
Comissões cartão de débito	9.341.748,31	9.036.503,39
Rendas de administração de fundos de investimento	8.111.045,80	10.245.730,26
Rendas de comissões de colocação de títulos	75.000,00	41.559,37
Comissões de intercâmbio	19.564.353,46	19.064.232,02

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

30.06.2018

(em Reais)

	30.06.2018	30.06.2017
Rendas de serviços de custódia	1.179.774,03	1.101.230,78
Outras	2.142.626,72	2.883.784,76
Total	40.414.548,32	42.373.040,58

b) Rendas de tarifas bancárias

	30.06.2018	30.06.2017
Rendas de Pessoa Física	49.944.670,16	40.030.305,29
Rendas de pacotes de serviços	24.101.410,96	15.490.261,78
Rendas de serviços prioritários	13.544.599,55	13.146.720,56
Rendas de serviços diferenciais	11.542.100,95	10.554.930,00
Rendas de serviços especiais	756.558,70	838.392,95
Rendas de Pessoa Jurídica	37.113.201,48	40.265.680,25
Total	87.057.871,64	80.295.985,54

c) Despesas de pessoal

	30.06.2018	30.06.2017
Despesas de pessoal – benefícios	(47.328.689,20)	(48.193.741,39)
Despesas de pessoal – encargos sociais	(119.814.247,41)	(114.382.382,52)
Despesas de pessoal – proventos	(226.128.900,04)	(223.324.337,87)
Despesas de pessoal – treinamento	(800.914,39)	(359.089,10)
Despesas de honorários	(5.300.208,03)	(4.214.242,82)
Despesas com remuneração de estagiários	(3.615.033,06)	(3.041.776,60)
Total	(402.987.992,13)	(393.515.570,30)

d) Outras despesas administrativas

	30.06.2018	30.06.2017
Despesas de água, energia e gás	(4.228.698,34)	(4.183.188,59)
Despesas de aluguéis	(8.515.039,28)	(9.102.447,98)
Despesas de comunicações	(5.651.040,62)	(2.181.573,00)
Despesas de manutenção/conservação de bens	(4.675.114,87)	(4.904.920,21)
Despesas de processamento de dados	(88.487.835,46)	(80.623.889,21)
Despesas de propaganda e publicidade	(10.324.079,66)	(14.940.170,69)

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

30.06.2018

(em Reais)

	30.06.2018	30.06.2017
Despesas de serviços do sistema financeiro	(9.747.978,42)	(11.165.481,79)
Despesas de serviços de terceiros	(40.953.911,59)	(43.856.520,85)
Despesas de serviços de vigilância e segurança	(15.646.074,66)	(15.941.084,07)
Despesas de serviços técnicos especializados	(4.048.013,94)	(5.012.061,98)
Despesas de transportes	(2.471.845,35)	(2.719.656,72)
Outras despesas administrativas	(11.358.823,28)	(10.121.679,30)
Despesas de amortização e depreciação	(30.042.015,56)	(22.922.128,44)
Total	(236.150.471,03)	(227.674.802,83)

e) Outras receitas operacionais

	30.06.2018	30.06.2017
Recuperação de encargos e despesas	9.168.339,55	10.189.228,96
Reversão de provisões operacionais	4.842.085,92	22.587.417,35
Atualização sobre depósito judicial	13.331.801,05	22.264.793,45
Atualização de tributos	798.611,90	450.280,95
Ressarcimento de despesas administrativas	3.671.884,43	2.315.199,27
Corretagem de Seguros	620.749,67	833.660,44
Serviços BRBCard	9.658.619,51	7.440.362,32
Outras	2.481.022,42	1.692.595,16
Total	44.573.114,45	67.773.537,90

f) Outras despesas operacionais

	30.06.2018	30.06.2017
Litígios trabalhistas	(8.126.168,84)	(7.774.117,59)
Atualização monetária	(13.465.432,50)	(22.156.962,35)
Despesas de convênio	(14.008.077,67)	(14.309.669,14)
Outros litígios	(1.088.468,57)	(7.874.314,59)
Tarifas ressarcidas	(195.208,57)	(140.056,15)
Despesas c/ descontos concedidos em renegociações	(3.156.796,49)	(2.335.199,24)
Despesas com FCVS	(2.053.259,75)	(4.517.082,96)
Ressarcimento custos de operações de cobrança	(3.495.168,14)	(2.188.629,16)
Ressarcimento de juros -operações de crédito	(1.261.980,70)	(25.479,37)

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

30.06.2018

(em Reais)

	30.06.2018	30.06.2017
Prejuízos, acordos e perdas	(1.688.641,99)	(10.560.954,72)
Bonificação paga	(3.941.207,07)	(3.558.519,40)
Processamento de cartões	(242.306,24)	(229.902,85)
Taxas de serviços	(19.463.022,80)	(15.941.268,44)
Tarifas não recuperadas	(2.994.212,00)	(2.094.530,07)
Comissões de correspondentes	(10.326.734,03)	(9.476.394,54)
Serviços de correio e courier	(3.463.004,43)	(3.654.566,37)
Desconto de financiamento sem cobertura FCVS	(131.498,71)	-
Indenizações	(7.159.533,40)	(3.031.024,98)
Pagamento de tarifas	(3.051.039,40)	(2.107.240,52)
Variação cambial	(1.025.167,62)	(1.505.826,03)
Outras despesas	(10.975.401,59)	(11.893.243,88)
Total	(111.312.330,51)	(125.374.982,35)

g) Resultado não operacional

	30.06.2018	30.06.2017
Resultado na alienação de valores e bens	921.841,17	296.700,39
Perdas de capital	(2.366.938,37)	(3.324.838,62)
Valorização/desvalorização de outros valores e bens	(5.903.304,50)	(807.278,37)
Outros	933.255,59	1.489.660,98
Total	(6.415.146,11)	(2.345.755,62)

(*) Refere-se a perdas decorrentes de operações com terceiros.

Nota 23 Patrimônio líquido

a) Em abril de 2015, houve destinação do montante de R\$ 39.500.000,00 para o aumento do capital social do Banco. Desse total, R\$ 12.340.793,18 se refere aos saldos contabilizados em Reserva Especial – Lei n.º 8.200/1991 (R\$ 5.357.823,15) e em Outras Reservas de capital/CM Decreto n.º 332/1991 - Empresa Incorporada (R\$ 6.982.970,03). O restante (R\$ 27.159.206,82) estava registrado nas rubricas reserva de lucros/reserva para margem operacional. Dessa forma, o capital social do Banco passou de R\$ 860.500.000,00 para R\$ 900.000.000,00 A AGE aprovou, em dezembro de 2017, novo estatuto com a alteração do Capital Social que foi ratificado pelo Bacen em 18.04.2018 por meio do Ofício n.º 6.549/2018-BCB/Deorf/Difin.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

30.06.2018

(em Reais)

b) Base de cálculo dos dividendos

	30.06.2018	30.06.2017
Lucro líquido	135.367.972,97	90.478.854,34
Reserva legal	(6.768.398,65)	(4.523.942,71)
Base de cálculo de dividendo	128.599.574,32	85.954.911,63
Dividendo mínimo (25%)	32.149.893,58	21.488.727,90
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio Líquido	51.537.256,41	34.450.896,35
Dividendos/nº de ações ON	1,3879	0,9278
Dividendos/nº de ações PN	1,5267	1,0206

Para atendimento à legislação do Imposto de Renda, o montante de juros sobre capital próprio foi contabilizado na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. O total de juros sobre capital próprio no 1º semestre de 2018 proporcionou uma redução na despesa tributária no montante de R\$ 23.191.765,38 (R\$ 9.900.000,00 no 1º semestre de 2017).

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária o pagamento do dividendo adicional proposto em dezembro de 2017 o qual foi efetivado durante o primeiro semestre de 2018.

Nota 24 Índice de Basileia e de imobilização

	30.06.2018	30.06.2017
Patrimônio de referência	1.426.860.831,88	1.394.810.626,68
Índice de Basileia (*)	16,10%	15,14%
Margem	406.851.529,42	368.876.926,28
Índice de imobilização	10,12%	12,36%
Índice da margem de imobilização	79,75%	75,29%
Margem de imobilização	568.966.510,13	525.015.568,17
Banking	89.397.005,38	173.652.935,58

(*) O cálculo da margem considera o valor da parcela *banking* e o adicional de capital principal.

O Banco optou pela apuração consolidada considerando o conglomerado prudencial (conforme Resolução CMN n.º 4.280/2013), sendo o Índice de Solvabilidade de Basileia apresentado superior ao mínimo de 10,5% exigido pela autoridade monetária.

Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

30.06.2018

(em Reais)

O Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) consiste na soma das seguintes parcelas, conforme Circulares Bacen n.º 3.644/2013, 3.645/2013, 3.638/2013, 3.639/2013, 3.641/2013, 3.640/2013:

RWA = RWACPAD + RWAMPAD (RWACAM + RWAJUR + RWACOM + RWAACS) + RWAOPAD.

	30.06.2018	30.06.2017
Parcela de risco de crédito	7.705.399.404,08	8.120.874.351,36
Parcela de risco de mercado – juros	92.218.236,41	88.888.560,11
Parcela de risco de mercado – ações	40.533.141,22	36.301.938,27
Parcela de risco de mercado - câmbio	84.798.956,20	62.613.113,69
Parcela de risco de mercado - commodities	662.094,38	524.605,08
Parcela de risco operacional	939.362.425,62	903.305.676,97
Total do Patrimônio de Referência Exigido – RWA	8.862.974.257,90	9.212.508.245,48

Nota 25 Informações complementares

Gestão de risco

O BRB conta com estrutura de gestão de riscos compatível com a natureza e a complexidade de seus produtos, serviços, atividades, processos e sistemas. A Superintendência de Risco Institucional realiza a gestão dos riscos operacional, socioambiental, reputacional e de imagem, de mercado, de liquidez, de crédito e o planejamento de capital, visando promover o gerenciamento e o monitoramento dos riscos inerentes aos negócios da organização e apurar a necessidade de capital para cobertura desses riscos, de forma a atender às exigências normativas dos órgãos reguladores e subsidiar a definição das estratégias da Instituição.

A gestão de riscos conta ainda com comitês específicos, subordinados à Diretoria Colegiada, garantindo a transparência, a equidade de tratamento e a prestação de contas. A estrutura de gerenciamento de riscos está evidenciada no Relatório de Divulgação de Informações de Gestão de Riscos e Alocação de Capital, disponível no site do BRB.

Evento subsequente

No dia 18 de junho de 2018 foi divulgado o Programa de Desligamento Voluntário Incentivado - PDVI, para adesão ao programa no período de 20 a 29 de junho, com um total de 41 inscrições. Desse total, 10 empregados solicitaram o cancelamento da inscrição.

Os desligamentos ocorreram nos meses de julho (28 empregados) e agosto de 2018 (3 empregados).

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

30.06.2018

(em Reais)

Foi provisionado o valor de R\$ 5.200.120,69 para as indenizações.

Nota 26 Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do conglomerado prudencial correspondem às empresas do Conglomerado, pessoas-chave da Administração, os órgãos, secretarias e entidades do Governo do Distrito Federal – GDF e entidades vinculadas ao funcionalismo do BRB.

a) Transações com o controlador e outros saldos não eliminados

O Conglomerado Prudencial realiza transações com o seu controlador e partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, empréstimos, operações compromissadas e operações de certificados de depósitos bancários/interbancários (CDB/CDI). Essas operações, salvo quando indicado o contrário, são efetuadas em condições de mercado.

Em relação ao acionista controlador, estão incluídas as transações com a Secretaria de Fazenda de Governo do Distrito Federal e os órgãos da Administração Direta e Indireta do governo distrital que mantêm operações bancárias com o Banco, incluindo serviços de arrecadação.

Descrição	30.06.2018	30.06.2017
Ativo		
Administração Indireta(**)	-	123.752,11
Vinculadas ao funcionalismo(***)	4.682,76	-
Outros(****)	6.449,37	-
Passivo		
Depósitos à vista		
Administração Direta(*)	38.509.366,53	16.945.675,11
Administração Indireta(**)	78.602.442,74	74.467.583,61
Vinculadas ao funcionalismo(***)	3.687.577,06	2.971.040,55
Pessoal-chave da administração(****)	175.498,14	73.544,72
Outros(****)	53.941,77	-
Depósitos a prazo		
Administração Direta(*)	569.137.918,58	345.900.220,00
Administração Indireta(**)	282.056.463,53	315.302.798,00
Vinculadas ao funcionalismo(***)	62.780.886,05	65.043.960,00
Pessoal-chave da administração(****)	6.890.755,63	2.239.037,00
Outras Obrigações		
Administração Direta(*)	60.521.249,67	59.596.266,23

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

30.06.2018

(em Reais)

Descrição	30.06.2018	30.06.2017
Administração Indireta(**)	13.232.759,44	66.240,57

(*) Compreendem a Secretaria de Fazenda de Governo do Distrito Federal e os órgãos da Administração Direta;

(**) Compreendem as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista controladas pelo Governo do Distrito Federal;

(***) Compreendem a Regius - Sociedade Civil de Previdência Privada e a BRB Saúde - Caixa de Assistência;

(****) Compreendem qualquer administrador: Conselho de Administração; Diretoria Executiva; Conselho Fiscal; Comitê de Auditoria; e parentes.

(*****) Compreendem Global Payments Serviços de Pagamentos S.A. e Associação dos Empregados do Banco de Brasília - AEBRB.

As empresas e órgãos públicos da União e do Distrito Federal são isentas das tarifas de produtos e serviços constantes na tabela de tarifas de produtos e serviços bancários, exceto os serviços prestados mediante convênio celebrado entre as partes. Entende-se como convênio os serviços de arrecadação, exemplos: pagamento de tributos da União, Estados e Municípios (Fazenda), consumo de energia elétrica (CEB), água (Caesb), telefonia fixa e móvel e demais convênios.

As empresas coligadas e controladas seguem os trâmites normais dos outros clientes nas cobranças de serviços prestados pelo Banco, não havendo favorecimento, em conformidade com o artigo 245 da lei nº. 6.404/76.

O Conglomerado BRB não possui nenhum tipo de controle ou influência significativa sobre as entidades que compõem a Administração Direta ou Indireta do Governo do Distrito Federal.

A Regius – Sociedade civil de previdência privada é uma entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, instituída pelo BRB, em 1985, com o objetivo de garantir qualidade de vida aos funcionários da instituição financeira que viessem a se aposentar.

A Saúde BRB – Caixa de assistência é uma associação sem fins econômicos instituída para cuidar da saúde e do bem-estar dos beneficiários.

Associação dos Empregados do Banco de Brasília - AEBRB – é uma entidade sem fins lucrativos, constituída em 17.12.1981, composta majoritariamente por empregados ativos e aposentados do BRB Banco de Brasília S.A., que possui participação acionária no BRB e contribui para o custeio da Saúde BRB através de repasses suplementares com base nos resultados positivos, na proporção das despesas assistenciais líquidas do Plano A-1.

A DF Gestão de Ativos S.A. é uma empresa constituída com base no disposto no Art. 8º da Lei complementar nº 897, de 18.06.2015, e tem por objetivo a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Governo do Distrito Federal, originários de créditos tributários e não tributários, decorrentes de parcelamentos administrativos ou judiciais.

O Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF foi criado há seis anos pela Lei Complementar nº 769/2008, como gestor único do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal - RPPS/DF, para garantir os benefícios previdenciários dos servidores efetivos e

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

30.06.2018

(em Reais)

seus dependentes, com qualidade e eficiência, visando um futuro sustentável para o Distrito Federal e possui 5.996.583 (cinco milhões, novecentas e noventa e seis mil, quinhentas e oitenta e três) ações ordinárias (ON).

Global Payments Serviços de Pagamentos S.A. – é uma empresa que oferece soluções em tecnologia de meios de pagamento, da qual a BRBCard, empresa do conglomerado BRB, participa com 10% das ações.

b) Saldos de partes relacionadas eliminados na consolidação

Empresas controladas são as entidades na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. Os saldos de contas referentes às transações entre empresas do Conglomerado Prudencial são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas. As empresas consolidadas de acordo com o CPC 36 são: BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A; BRB – Crédito, Financiamento e Investimento S.A; BRBCard S.A; e FI em Renda Fixa Crédito Privado BRB Corporativo Investidor Qualificado.

Descrição	30.06.2018		30.06.2017	
	Saldo	Resultado	Saldo	Resultado
Ativos				
Disponibilidade	7.212.743,46	-	3.704.958,07	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.069.337.904,89	33.065.720,10	1.081.905.077,67	63.232.527,52
TVM (Fundo e CDB)	283.463.942,34	7.755.428,15	288.501.126,38	16.808.660,07
Outros créditos	35.197.548,60	-	34.568.910,97	-
Investimentos	513.231.789,32	32.696.400,04	452.667.647,99	56.666.237,01
Intangível	13.908.082,50	7.132.350,00	28.172.782,50	7.132.350,00
Passivos				
Depósitos				
Depósito à vista	7.212.743,46	-	3.704.958,07	-
Depósito a prazo	282.785.469,03	8.824.724,33	286.707.794,18	16.600.257,42
Depósito interfinanceiro	1.066.064.758,96	32.967.273,64	1.078.410.270,20	63.232.527,52
Obrigações operações compromissadas	3.273.145,93	98.446,46	3.494.807,47	248.950,51
Outras obrigações	21.933.362,59	-	22.032.046,33	-

	30.06.2018	30.06.2017
Receitas		
Rendas de prestação de serviços	8.549,41	9.855.391,12

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

30.06.2018

(em Reais)

	30.06.2018	30.06.2017
Serviços bancários	11.872.333,97	12.619.552,19
Ressarcimento de despesas operacionais	14.742.212,51	2.644.331,43
Outras receitas operacionais	11.112.941,50	-
Despesas		
Despesas do sistema financeiro	(129.836,84)	(117.346,72)
Outras despesas administrativas	(17.758.387,98)	(21.394.036,32)
Despesas de serviços de terceiros	-	(129.196,42)
Outras despesas operacionais	(12.715.462,56)	(10.611.045,28)

c) Política de remuneração do pessoal-chave da administração

Compete à Assembleia Geral Ordinária aprovar anualmente o montante global de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Colegiada do Banco, na forma dos artigos 152 e 190 da Lei n.º 6.404/1976 e as normas do Sistema Financeiro Nacional sendo que para o período de maio de 2018 a abril de 2019 foi fixado em R\$ 6.138.673,53, mais encargos de R\$ 2.005.867,06.

Compete, também, à Assembleia Geral Ordinária fixar anualmente a remuneração global dos membros do Conselho Fiscal.

Compete ao Comitê de Remuneração elaborar a política de remuneração de administradores do Banco e de suas subsidiárias e controladas, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento e propor anualmente, ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral, na forma do artigo 152 da Lei n.º 6.404/1976.

Para a Diretoria Colegiada, que é composta do Diretor-Presidente e Diretores, é assegurada gratificação correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração devida em dezembro, por mês de trabalho do ano calendário e licença remunerada para descanso de até 30 (trinta) dias, por ano de mandato, vedada sua conversão em espécie ou conversão em pecúnia.

Durante o período de impedimento de 04 (quatro) meses contados a partir do término de sua investidura no cargo, os ex-membros da Diretoria Colegiada não farão jus à remuneração compensatória equivalente à do cargo que ocupavam.

O valor do pagamento da remuneração variável é obtido através do cálculo de 50% do valor definido como participação nos lucros e o pagamento é dividido nos 3 anos subseqüentes. Existe provisão de R\$ 1.882.594,08 para pagamento baseado em ações/variação patrimonial.

Custos com remunerações e outros benefícios pagos às Diretorias, ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e ao Comitê de Auditoria:

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

30.06.2018

(em Reais)

Descrição	30.06.2018	30.06.2017
Remuneração fixa	2.569.187,90	2.617.422,78
Remuneração variável	1.194.492,79	961.388,58
Total	3.763.680,69	3.578.811,36

Nota 27 Compromissos e garantias

O Banco possui compromissos com garantias prestadas no valor de R\$ 3.075.059,74 (R\$ 3.445.542,07 em 31.12.2017), os quais estão relacionados com operações de crédito de órgãos oficiais e consórcio, tendo como contra garantia hipotecas e vinculação de receitas orçamentárias, avais, alienação fiduciária e títulos públicos do Tesouro Nacional caucionados referentes ao processo 0000392-81.2005.4.013400, Ação Cautelar – BRB x União Federal – CSLL.

Nota 28 Benefícios a empregados

a) Plano de previdência complementar

O BRB - Banco de Brasília S.A é um dos patrocinadores da Regius - Sociedade civil de previdência privada, pessoa jurídica sem fins lucrativos que tem por finalidade administrar planos de previdência complementar instituídos no âmbito do Conglomerado BRB, nas seguintes modalidades:

- Plano BD-01: plano de benefícios previdenciais estruturado na modalidade de benefício definido, instituído em junho de 1985 e fechado ao ingresso de novos participantes desde fevereiro de 2000. Custeado por contribuições dos participantes ativos e participantes assistidos e pelas contribuições das patrocinadoras (BRB e Regius), que são paritárias as dos participantes. Plano de Custeio: contribuição de 3%, 5% e 12% de acordo com as faixas de renda do salário de contribuição para os participantes ativos; e, contribuição de 15% do benefício para os participantes assistidos.

- Plano CD-02: plano de benefícios previdenciais exclusivo para os participantes ativos do Plano BD-01 na data de sua aprovação, 30.09.2012, estruturado na modalidade de contribuição definida - benefícios temporários, com prazo máximo de recebimento em 48 meses, calculados a partir do saldo de cotas acumulado em nome do participante, formado pelas contribuições pessoais, patronais e rentabilidade alcançada pelos investimentos. Plano de Custeio: contribuições mínimas de 2% do salário de contribuição para os participantes ativos, e contribuição da Patrocinadora, paritária com a dos participantes ativos, de 2% a 6% do salário de contribuição.

- Plano CV-03: plano de benefícios previdenciais estruturado na modalidade de contribuição variável, instituído em março de 2000, com benefícios programados calculados a partir do saldo de cotas acumulado em nome do participante, formado pelas contribuições pessoais, patronais e rentabilidade alcançada pelos investimentos; benefícios de riscos (invalidez e morte) calculado conforme fórmula prevista em regulamento próprio.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

30.06.2018

(em Reais)

Plano de Custeio: contribuições mínimas de 6% do salário de contribuição para os participantes ativos, e contribuição da Patrocinadora, paritária com a dos participantes ativos, de 6% a 8% do salário de contribuição.

- Plano CD-05: plano de benefícios previdenciais estruturado na modalidade de contribuição definida, instituído em fevereiro de 2017. Tem como base de cálculo o montante constituído pelas contribuições vertidas para o seu custeio e o correspondente retorno líquido dos investimentos, foi elaborado na modalidade Contribuição Definida, um plano individual, financeiro e com benefícios temporários.

Para fins de atendimento à Deliberação CVM n.º 695/2012, o banco efetua o cálculo das obrigações atuariais semestralmente, os valores calculados por atuário externo, para data base de 31 de dezembro de 2017, conforme Relatório Técnico de 16 de janeiro de 2018, estão a seguir sumariados.

a.1 - Valores

	30.06.2018		30.06.2017	
	Plano BD-01	Plano CV-03	Plano BD-01	Plano CV-03
Valor presente total das obrigações atuariais	(2.357.879.018,65)	(12.671.825,98)	(2.254.644.098,97)	(10.984.411,83)
Valor justo dos ativos do plano	2.072.283.722,17	25.068.131,99	1.963.437.540,26	25.538.870,52
Resultado do plano	(285.595.296,48)	12.396.306,01	(291.206.558,71)	14.554.458,69

	30.06.2018		30.06.2017	
	Plano BD-01	Plano CV-03	Plano BD-01	Plano CV-03
RMBC	(1.402.050.669,48)	(3.450.757,44)	(1.254.700.343,61)	2.699.100,09
RMBAC	(1.021.096.575,46)	(9.221.068,54)	(1.064.088.056,21)	8.285.311,74
Contribuição extraordinária de ativos e assistidos	65.268.226,30	-	64.144.300,85	-
Total	2.357.879.018,65	(12.671.825,98)	(2.254.644.098,97)	10.984.411,83

A Reserva Matemática dos Benefícios a Conceder representa o valor presente do benefício atribuído em anos anteriores de serviço prestado pelo empregado. Apresentou-se maior em relação ao período anterior, influenciado pela queda no número de participantes ativos e também pelo aumento na taxa real de juros.

a.2 - Premissas biométricas

Plano PB-01

- Tábua de mortalidade geral: AT-2000, segregada por sexo;

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

30.06.2018

(em Reais)

- Tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas;
- Tábua de mortalidade de inválidos: RP 2000 *Disabled*, por sexo;

Plano PB-03

- Tábua de mortalidade geral: AT-2000 suavizada em 10%, segregada por sexo;
- Tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas;
- Tábua de mortalidade de inválidos: MI-85, por sexo;

a.3 - Principais premissas econômicas

	30.06.2018	30.06.2017
Taxa real de juros - Plano PB-01	5,78%a.a	5,63%a.a
Taxa real de juros - Plano PB-03	5,81%a.a	5,63%a.a
Taxa estimada de inflação	4,17%a.a	4,19%a.a
Taxa de rotatividade (ativos) - Plano PB-01	0,00%a.a	0,00%a.a
Taxa de rotatividade (ativos) - Plano PB-03	2,03%a.a	2,60%a.a
Taxa de crescimento salarial (ativos) - Plano BD-01	0,00%a.a	2,92%a.a
Taxa de crescimento salarial (ativos) - Plano PB-03	2,50%a.a	2,92%a.a
Capacidade de benefícios		
PB-01	100%	100%
PB-03	100%	100%
Capacidade salarial	100%	100%

Índices dos Planos	30.06.2018	30.06.2017
PB-01	IPCA	IPCA
PB-03	IPCA	IPCA

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

30.06.2018

(em Reais)

a.4 - Quantidade de participantes por plano de benefícios

Participantes por Plano - Ativos								
Participantes	Plano BD - 01		Plano CD - 02		Plano CV - 03		Plano CD - 05	
	30.06.2018	30.06.2017	30.06.2018	30.06.2017	30.06.2018	30.06.2017	30.06.2018	30.06.2017
BRB - Banco de Brasília	675	760	501	551	2.065	2.084	40	3
Regius	4	5	4	5	23	22	1	-
BRBCard	-	-	-	-	95	105	23	19
BRB Seguros	-	-	-	-	61	65	47	44
BRB Saúde	-	-	-	-	-	-	68	69
Total	679	765	505	556	2.244	2.276	179	135

Assistidos por Plano						
Participantes	Plano BD - 01		Plano CD - 02		Plano CV - 03	
	30.06.2018	30.06.2017	30.06.2018	30.06.2017	30.06.2018	30.06.2017
BRB - Banco de Brasília	1.028	951	74	41	16	14
Regius	1	-	1	-	3	3
BRB Seguros	-	-	-	-	1	-
Total	1.029	951	75	41	20	17

Pensionistas por Plano								
Participantes	Plano BD - 01		Plano CD - 02		Plano CV - 03		Plano CD - 05	
	30.06.2018	30.06.2017	30.06.2018	30.06.2017	30.06.2018	30.06.2017	30.06.2018	30.06.2017
BRB - Banco de Brasília	130	126	-	-	-	-	-	-
Regius	1	1	-	-	-	-	-	-
Total	131	127	-	-	-	-	-	-

a.5 - Alocação e rentabilidade por categoria de ativo

Plano BD-01	30.06.2018			30.06.2017		
	Categorias	Posição	%	Posição	%	
Títulos de renda fixa	1.733.511.959,46	87,11	1.620.793.610,38	86,95		
Títulos de renda variável	78.420.138,49	3,94	67.858.385,78	3,64		
Investimentos estruturados	469.607,24	0,02	15.529.112,23	0,83		
Imóveis	137.508.754,44	6,91	119.041.493,10	6,39		
Empréstimos a participantes	40.322.286,99	2,03	40.982.493,68	2,20		

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

30.06.2018

(em Reais)

Plano BD-01	30.06.2018		30.06.2017	
Categorias	Posição	%	Posição	%
Disponibilidades	37.237,73	-	88.491,05	-
Depósitos judiciais	461.315,73	0,02	123.610,18	0,01
Contas a receber/pagar	-	-	(29.577,36)	-
Contingências	(672.754,81)	(0,03)	(295.820,06)	(0,02)
Total	1.990.058.545,27	100,00	1.864.091.798,98	100,00

O plano BD-01 possui um total de R\$ 193.643.077,95 (R\$ 174.319.811,81 em 30.06.2017), aplicados em instrumentos financeiros emitidos pelo conglomerado BRB.

Plano CD-02	30.06.2018		30.06.2017	
Categorias	Posição	%	Posição	%
Títulos de renda fixa	63.858.129,36	99,99	53.992.300,13	99,97
Disponibilidades	7.691,41	0,01	15.620,19	0,03
Total	63.865.820,77	100,00	54.007.920,32	100,00

O plano CD-02 não possui aplicações em instrumentos financeiros emitidos pelo conglomerado BRB.

Plano CV-03	30.06.2018		30.06.2017	
Categorias	Posição	%	Posição	%
Títulos de renda fixa	250.366.846,95	90,93	198.661.711,49	89,33
Títulos de renda variável	7.748.468,21	2,82	7.939.723,76	3,57
Investimentos estruturados	-	-	2.040.715,08	0,92
Imóveis	1.735.415,81	0,63	-	-
Empréstimos a participantes	15.482.935,55	5,62	13.738.679,51	6,18
Disponibilidades	10.418,85	-	17.176,33	0,01
Contas a pagar	-	-	(11.936,93)	(0,01)
Total	275.344.085,37	100,00	222.386.069,24	100,00

O plano CV-03 possui um total de R\$ 13.962.207,76 (R\$ 12.566.380,66 em 30.06.2017) aplicados em instrumentos financeiros emitidos pelo conglomerado BRB.

Plano CD-05	30.06.2018		30.06.2017	
Categorias	Posição	%	Posição	%
Títulos de renda fixa	1.468.783,64	99,53	208.745,59	93,54

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

30.06.2018

(em Reais)

Plano CD-05	30.06.2018		30.06.2017	
Categorias	Posição	%	Posição	%
Disponibilidades	6.869,78	0,47	14.416,09	6,46
Total	1.475.653,42	100,00	223.161,68	100,00

O plano CD-05 não possui aplicações em instrumentos financeiros emitidos pelo conglomerado BRB.

a.6 - Conciliação da obrigação atuarial

	PB-01	PB-03
Valor presente da obrigação atuarial em 31.12.2016	2.170.532.743,49	10.045.546,47
Custos dos juros	119.797.283,59	554.439,54
Custo do serviço corrente	11.105.892,71	483.398,01
Benefícios pagos pelo fundo	(50.929.702,67)	(638.957,19)
Ganhos/perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	4.137.881,86	539.985,00
Valor presente da obrigação em 30.06.2017	2.254.644.098,97	10.984.411,83
	PB-01	PB-03
Valor presente da obrigação atuarial em 31.12.2017	2.418.342.669,46	11.690.335,14
Custos dos juros	109.924.198,12	536.843,85
Custo do serviço corrente	11.059.493,97	504.706,49
Benefícios pagos pelo fundo	(47.019.061,54)	859.089,02
Ganhos/perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	(134.428.281,36)	(919.148,52)
Valor presente da obrigação em 30.06.2018	2.357.879.018,65	12.671.825,98

a.7 - Conciliação de ativos do plano

	PB-01	PB-03
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.2016	1.883.799.649,47	24.440.443,01
Rendimento esperado dos ativos do plano	103.971.746,80	1.348.930,90
Contribuições recebidas pelo fundo	22.228.941,37	394.982,60
Benefícios pagos pelo fundo	(50.929.702,67)	(638.957,19)
Ganhos/perdas atuariais sobre os ativos do plano	4.366.905,28	(6.528,79)
Valor justo dos ativos do plano em 30.06.2017	1.963.437.540,25	25.538.870,53
	PB-01	PB-03
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.2017	2.067.392.551,02	37.830.439,26
Rendimento esperado dos ativos do plano	93.971.988,02	1.737.250,33

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

30.06.2018

(em Reais)

Contribuições recebidas pelo fundo - participante	5.029.151,24	-
Contribuições recebidas pelo fundo - patrocinador	13.329.688,88	828.915,14
Benefícios pagos pelo fundo	(47.019.061,54)	859.089,02
Ganhos/perdas atuariais sobre os ativos do plano	(60.420.595,45)	(16.187.561,76)
Valor justo dos ativos do plano em 30.06.2018	2.072.283.722,17	25.068.131,99

a.8 - Ganhos e perdas atuarias

	PB-01	PB-03
Valor líquido acumulado dos ganhos e perdas atuariais e do serviço passado em 31.12.2016	-	-
Perdas atuariais para o ano sobre a obrigação	(4.137.881,86)	(539.985,00)
Perdas atuariais para o ano sobre os ativos do plano	4.366.905,28	(6.528,79)
Perdas atuariais do exercício	229.023,42	(546.513,79)
Amortização dos ganhos/perdas atuariais acumulados e serviço passado	(229.023,42)	546.513,79
Ganhos/perdas atuariais e serviço passado não reconhecidos em 30.06.2017	-	-

	PB-01	PB-03
Valor líquido acumulado dos ganhos e perdas atuariais e do serviço passado em 31.12.2017	-	-
Perdas atuariais para o ano sobre a obrigação	(134.428.281,36)	(919.148,52)
Perdas atuariais para o ano sobre os ativos do plano	60.420.595,45	16.187.561,76
Perdas atuariais do exercício	(74.007.685,91)	15.268.413,24
Amortização dos ganhos/perdas atuariais acumulados e serviço passado	74.007.685,91	(15.268.413,24)
Ganhos/perdas atuariais e serviço passado não reconhecidos em 30.06.2018	-	-

a.9 - Cálculo da obrigação atuarial descoberta

	PB-01	PB-03
Valor presente da obrigação em 31.12.2017	(2.418.342.669,46)	(11.690.335,14)
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.2017	2.067.392.551,02	37.830.439,26
Valor presente da obrigação descoberta	(350.950.118,44)	26.140.104,13

	PB-01	PB-03
Valor presente da obrigação em 30.06.2018	(2.357.879.018,65)	(12.671.825,98)
Valor justo dos ativos do plano em 30.06.2018	2.072.283.722,17	25.068.131,99
Valor presente da obrigação descoberta	(285.595.296,48)	12.396.306,01

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

30.06.2018

(em Reais)

a.10 - Cálculo da despesa do exercício

	PB-01	PB-03
Custo do serviço corrente	4.559.167,73	483.398,01
Custo dos juros	119.797.283,59	554.439,54
Rendimento esperado dos ativos do plano	(103.971.746,80)	(1.348.930,90)
Despesas reconhecidas na demonstração do resultado 30.06.2017	20.384.704,52	(311.093,35)

	PB-01	PB-03
Custo do serviço corrente	6.030.342,73	504.706,49
Custo dos juros	109.924.198,12	536.843,85
Rendimento esperado dos ativos do plano	(93.971.988,02)	(1.737.250,33)
Despesas reconhecidas na demonstração do resultado 30.06.2018	21.982.552,83	(695.700,00)

a.11 - Movimentação do passivo líquido

	PB-01	PB-03
Passivo/ativo líquido em 31.12.2016	286.733.094,01	(14.394.932,54)
Despesas do ano	20.384.704,52	(311.093,35)
Pagamento de contribuições	(15.682.216,39)	(394.982,60)
Ganhos/perdas atuariais do exercício	(229.023,42)	546.513,79
Passivo/ativo líquido em 30.06.2017	291.206.558,72	(14.554.458,70)

	PB-01	PB-03
Passivo/ativo líquido em 31.12.2017	350.950.118,44	(26.140.104,13)
Despesas do ano	21.982.552,83	(695.700,00)
Pagamento de contribuições	(13.329.688,88)	(828.915,13)
Ganhos/perdas atuariais do exercício	(74.007.685,91)	15.268.413,24
Passivo/ativo líquido em 30.06.2018	285.595.296,48	(12.396.306,01)

a.12 - Cálculo da despesa estimada para 2018

	PB-01	PB-03
Custo do serviço corrente - líquido	6.054.483,06	492.058,67
Custo do serviço corrente - bruto	8.618.808,09	492.058,67
Contribuições dos participantes	(2.564.325,02)	-

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

30.06.2018

(em Reais)

	PB-01	PB-03
Custo dos juros - líquido	14.194.874,42	(618.418,55)
Juros sobre a obrigação de benefício definido	117.193.094,47	632.163,51
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	(102.998.220,05)	(1.250.582,06)
Despesa estimada	20.249.357,48	(126.359,88)

a.13 - Análise de sensibilidade

Os próximos quadros apresentam análises de sensibilidade em relação à taxa de desconto de longo prazo e à tábua de mortalidade geral, em função de essas serem as principais variáveis de determinação das obrigações atuariais dos planos de benefícios. Foram elaborados dois cenários adicionais: a) para a taxa de desconto: variação de +1 p.p. e -1 p.p. em relação à taxa de desconto utilizada como premissa nesta avaliação; e b) para a tábua de mortalidade geral: suavização de 5% e agravamento de 5% nas taxas de mortalidade.

a.13.1 - Obrigação atuarial com a variação na taxa de desconto de longo prazo

Taxa de desconto	Plano PB-01	Taxa de desconto	Plano PB-03
4,78%	2.636.786.885,92	4,81%	14.747.492,88
6,78%	2.126.314.121,44	6,81%	11.016.790,02

a.13.2 - Obrigação atuarial com a variação nas taxas de mortalidade geral

Taxa de mortalidade	Plano PB-01
20,48%	2.374.259.204,17
19,63%	2.342.082.121,46

Quanto ao reconhecimento do passivo atuarial do plano de benefício definido BD-01, a administração firmou entendimento de que a quantificação dos montantes encontra-se adequada e fundamentada em laudo atuarial preparado por atuário independente e mensurado em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 – revisão 1 – Benefícios a Empregados, que foi instituído pela Deliberação nº 695, de 13 de dezembro de 2012, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Nesse contexto, cabe mencionar as ponderações que se seguem:

A obrigação de benefícios de pós-emprego que o BRB está vinculado são regidos por acordos formais concretizados entre a patrocinadora (BRB) e a administradora do plano de benefícios (Regius), os quais são constituídos pelo estatuto da entidade, regulamento do plano de benefícios e convênio de adesão, além da legislação que rege tais acordos formais, que é emanada do Conselho Nacional de Previdência Complementar-CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar-Previc, respectivamente os órgãos regulador e fiscalizador do regime de previdência complementar brasileiro no tocante às entidades fechadas de previdência complementar, conforme disciplina a Lei Complementar nº 109, de 29 de

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

30.06.2018

(em Reais)

maio de 2001. Os benefícios pós-emprego, cuja obrigação o CPC-33 R1 determina que a empresa contabilize e divulgue, no caso daqueles relativos aos planos de previdência, devem obedecer os acordos formais entre a empresa e a administradora do plano de benefícios, os quais se compõem de estatutos, regulamentos e convênios de adesão, conforme estabelece a legislação de previdência complementar brasileira, mas também qualquer obrigação construtiva que surja a partir das práticas informais da entidade.

Conforme disciplina o CPC-33 R1, a contabilização de planos de benefício definido envolve calcular a obrigação atuarial com o benefício pós-emprego, a valor presente, utilizando o método denominado Crédito Unitário Projetado, e deduzir o valor justo dos ativos do plano, resultando em um déficit ou superávit, o qual, se for o caso de superávit, deverá ser ajustado pelo efeito da limitação do teto de ativo.

O plano foi criado em 1985 e, à época, já eram previstas contribuições sobre benefícios. Para que houvesse viabilidade financeira no plano de benefícios, foi necessária a instituição de contribuições sobre os benefícios em percentuais iguais a 10% para a patrocinadora (BRB) e 10% para os assistidos. Inicialmente, já havia a previsão de que não seriam constituídas provisões matemáticas de 100% dos montantes necessários aos pagamentos dos benefícios, sendo previstas contribuições para reduzir a despesa com os benefícios, as quais até hoje compõem o plano de custeio referente ao plano de benefícios.

Desde o início, o plano foi modelado para capitalizar reservas de 80% dos recursos necessários ao financiamento dos benefícios, sendo a parcela restante financiada em regime de caixa, através das contribuições da empresa e do assistido, que são exigível mensalmente enquanto o assistido sobreviver. As contribuições sobre benefícios estão previstas em plano de custeio avaliado anualmente de forma atuarial. Não há contrato de dívida relativo às contribuições que o BRB aporta ao plano incidentes sobre os benefícios.

Posteriormente, após aprovação pela direção do BRB, o plano de custeio foi inserido no regulamento inicial do plano de benefícios, no capítulo V, que trata das contribuições, integrando o art. 42 (aposentados) e art. 45 (patrocinadora), sendo que os percentuais iniciais foram ajustados ao longo do tempo de forma a permitir o equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios e, atualmente, perfazem, de forma geral, 15% para a patrocinadora e 15% para o aposentado, ambos incidentes sobre o valor do benefício pago pela Regius.

A criação de contribuição para o alcance e manutenção do equilíbrio atuarial de planos de benefícios previdenciais de EFPC é permitida pela legislação desde a época em que o plano de benefícios foi constituído, admitindo-se, no cálculo do resultado atuarial do plano que essas contribuições, tanto da patrocinadora quanto dos assistidos, incidentes sobre benefícios sejam utilizadas como redutoras da obrigação atuarial, de forma que o resultado do plano de benefícios – deficitário ou superavitário – já se encontra subtraído, inclusive, das contribuições futuras da patrocinadora incidentes sobre os benefícios dos aposentados.

O procedimento adotado pela Administração se fundamenta no entendimento de que a obrigação atuarial para com os aposentados deve ser líquida das contribuições incidentes sobre ela, conforme permite a legislação das EFPC, e que o método atuarial estabelecido no CPC 33-R1 não modifica essa obrigação, uma vez que o método é utilizado para o cálculo da reserva matemática constituída pelo participante ativo em função dos anos de

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

30.06.2018

(em Reais)

serviço que prestou à empresa e, no caso do aposentado, o método atuarial já não é aplicável, pois a reserva matemática necessária ao financiamento do benefício já está constituída.

b) Plano de saúde

O Banco é o principal patrocinador do plano de saúde utilizado pelos seus empregados. O convênio de adesão celebrado entre BRB - Banco de Brasília e Saúde BRB - Caixa de Assistência está sujeito especialmente à Lei n.º 9.656/1998, Resolução Normativa ANS n.º 137/2006 e suas alterações, Estatuto da Saúde BRB e ao regulamento do plano A.

O objetivo é a instituição e manutenção de planos de saúde, programas de assistência à saúde, campanhas de prevenção de doenças e a promoção do bem estar de seus beneficiários, diretamente ou por meio de convênios.

Os beneficiários abrangem empregados ativos, diretores, conselheiros, dependentes, ocupantes de cargo em comissão, aposentados e pensionistas (sem contribuição patronal), receptores de Benefício Diferido pago pela Regius (sem contribuição patronal) e contribuintes avulsos.

O plano de custeio está determinado no regulamento do plano A. Os recursos são originários essencialmente:

- Das associadas BRB-Banco de Brasília, BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A e BRB - Crédito, Financiamento e Investimento S/A com contribuição mensal no percentual de 4% (quatro por cento), calculada sobre o valor da remuneração dos seus empregados celetistas e outros beneficiários;
- Das associadas AEBRB Associação dos Empregados do Banco de Brasília; BRB Administradora e Corretora de Seguros S/A; Cartão BRB S/A; Regius e Saúde BRB com contribuição mensal no percentual de 6% (seis por cento), calculada sobre o valor da remuneração dos seus empregados celetistas e outros beneficiários;
- De todas as associadas com contribuição mensal no percentual de 1,5% (um e meio por cento), calculada sobre o valor da remuneração dos seus empregados celetistas e outros beneficiários;
- Dos beneficiários, conforme percentuais específicos definidos no regulamento.

c) Participação nos lucros e resultados

Foi assinado o II Termo Aditivo ao Acordo Coletivo 2016/2018, que regula a participação dos empregados do Banco BRB, efetivos, contratados em emprego ou cargo em comissão, nos lucros e resultados da instituição, no ano de 2018.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

30.06.2018

(em Reais)

Tendo como referência os percentuais de lucratividade do BRB, conforme tabela abaixo, realiza-se o pagamento de acordo com o Programa.

Percentual de rentabilidade sobre o PL médio do Banco no semestre	Percentual do lucro líquido a ser distribuído a título de PLR
De 0,1% a 14,00%	15,00%
De 14,01% a 19,99%	17,00%
Igual ou maior que 20%	20,00%

O Programa ajustado entre o BRB e as entidades sindicais (II Termo Aditivo ao ACT 2016/2018) é dividido nos seguintes critérios: (a) índice de lucratividade (art. 2º, § 1º, I, Lei n. 10.101/00) e (b) índice de cumprimento do programa de metas (art. 2º, § 1º, II, Lei n. 10.101/00).

Conforme o índice de lucratividade, 60% (sessenta por cento) do valor total da premiação será distribuído linearmente entre todos os empregados participantes, ressalvados os casos específicos.

Já em relação ao índice de cumprimento do programa de metas, o valor a ser redistribuído corresponderá a 40% (quarenta por cento) do Valor Total da Premiação, sendo distribuído, exclusivamente, para as unidades que cumpriram as suas metas.

A distribuição por índice de cumprimento do programa de metas será realizada tomando-se por base o valor definido para o salário, considerando-se: o vencimento padrão 1 – VP1 dos cargos da respectiva carreira, para os empregados sem comissão; o valor do somatório do VP1 com a respectiva atividade gratificada, no caso dos empregados com atividade gratificada; e o valor de referência, nos casos dos empregados com função gratificada.

Por fim, o enquadramento dos empregados que participam do Programa de PLR é definido de forma detalhada no II Termo Aditivo ao Acordo Coletivo 2016/2018, esclarecendo quanto aos empregados de licença interesse ou especial, cedidos, desligados, afastados e demais casos específicos.

Nota 29 Demonstração consolidada do resultado abrangente - DRA

	30.06.2018	30.06.2017 (Nota 3u)
Resultado do período	135.367.972,27	89.918.101,98
Outros resultados abrangentes	68.948.811,90	13.877.232,72
Ganhos/perdas de ativos financeiros disponíveis para venda	(1.787.099,60)	1.470.273,66
Efeito fiscal TVM	836.567,93	(669.327,64)
Passivo atuarial	77.316.128,00	229.023,42
Efeito fiscal passivo atuarial	(7.578.063,91)	12.847.800,84

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

30.06.2018

(em Reais)

	30.06.2018	30.06.2017 (Nota 3u)
Coligadas e controladas	161.279,48	(537,56)
Total do Resultado Abrangente	204.316.784,87	103.795.334,70
Resultado abrangente atribuível ao acionista controlador	204.316.784,87	103.795.871,64
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores		-

PRESIDÊNCIA

Vasco Cunha Gonçalves

DIRETORIA

Vasco Cunha Gonçalves (Diretor-Presidente)

Carlos Artur Hauschild

Cristiane Maria Lima Bukowitz

Dario Oswaldo Garcia Júnior

Gustavo Costa Oliveira

Kátia do Carmo Peixoto de Queiroz

Marco Aurélio Monteiro de Castro

Nilban de Melo Júnior

CONSELHO FISCAL

Wilson José de Paula (Presidente)

Adler Anaximandro de Cruz e Alves

Dalmo Jorge Lima Palmeira

Pedro Meneguetti

Rute de Jesus Caixeta

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Antônio Fleury Teixeira (Presidente)

Arthur Pereira Castilho Neto

Romes Gonçalves Ribeiro

Rossini Dias de Souza

Vasco Cunha Gonçalves

COMITÊ DE AUDITORIA

Edson de Araújo Lôbo (Presidente)

Elias José Pereira de Sousa Filho

Sérgio Ricardo Miranda Nazaré

CONSELHO FISCAL

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE GERAL

Wilson José de Paula (Presidente)

Ricardo José Duarte Romão Antunes Valdir de Oliveira Filho

Contador CRC/DF n.º 022.389/0-9
022.009/0-9
Antônio Eiji Nishiyama

CPF: 970.107.661-34 Dalmo Jorge Lima Palmeira

Pedro Meneguetti

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

30.06.2018

(em Reais)

Vasco Cunha Gonçalves
Diretor-Presidente

Nilban de Melo Júnior
Diretor Financeiro e Relações com
Investidores

Cristiane Maria Lima Bukowitz
Diretora de Crédito e Clientes

Gustavo Costa Oliveira
Diretor de Tecnologia

Dario Oswaldo Garcia Júnior
Diretor de Rede e Canais

Kátia do Carmo Peixoto de Queiroz
Diretora de Gestão de Pessoas e
Administração

Carlos Artur Hauschild
Diretor de Risco e Controladoria

Marco Aurélio Monteiro de Castro
Diretor de Serviços e Produtos

Ricardo José Duarte Rodrigues
Contador
CRC-DF n.º 022389/O-9
CPF: 970.107.661-34

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

30.06.2018

(em Reais)